

Presentindo que a combinação imprevista ia diminuir-lhes a capacidade guerreira contra os seus inimigos, os tamoios atiraram-se, então, impetuosamente, com vinte e sete canoas, contra os portugueses.

A nau francesa, envolvida no combate, atirou contra os índios e as suas canoas. Os portugueses repeliram o ataque. Houve muitos mortos e feridos. Os tamoios foram completamente destróçados nesse encontro.

Fazendo-se de velas para a França os mercadores franceses escreveram aos seus compatriotas do "rio", narrando-lhes o bom tratamento que tinham recebido dos portugueses, e concitando-os a fazerem as pazes com eles, abandonando os selvagens.

Vencidos assim os primeiros obstáculos à formação da cidade, foram retomados os trabalhos de defesa militar do recinto escolhido para a sede do povoado.

Anchieta devia partir para a Bahia a fim de ordenar-se. Seguiu num dos navios de João de Andrade, que fôra encarregado, de novo, pelo capitão-mor, para agenciar mantimentos e outros socorros de que muito careciam os povoadores do "rio de janeiro".

Quando deixava o povoado, a 31 de março de 1565, as coisas iam prosperando, apesar das dificuldades que se antolhavam, a cada momento, àqueles desbravadores da terra.

Descrevendo a situação naquele momento, assim a recordava, mais tarde, o discípulo amado de Manuel da Nóbrega:

".....já tinham feito muitas roças ao redor da cerca, plantado alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças de Tamoyos a buscar alguma mandioca para comer, e a rama della para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de pilão, todas cobertas de telha que se trouxe de S. Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os Índios e Mamaluços faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como cales e telhas, que é grande defensão contra o fogo..... todos viviam com muita paz e concordia; ficava com eles o padre Gonçalo de Oliveira que lhes dizia cada dia missa, e confessava e commungava a muitos para a gloria do Senhor. O maior inconveniente que ali havia, ultra da fome, é que lá estão muitos homens de todas as capitánias, os quaes passa de um anno, que lá andam, e desejam vir-se para suas casas (como é razão): se os não deixam vir perdem-se-lhes suas fazendas; se os deixam vir fica a povoação desamparada, e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem, de maneira que por todas as partes ha grandes perigos e trabalhos..."

E, invocando a proteção del-rei e do provincial da Companhia de Jesus para a nova cidade, concluía:

".....a cerca que se tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem se poder dilatar nem sahir della sem socorro de S. A., a quem V. Rev. deve lembrar e incitar que logo proveja, porque ainda que é coisa pequena a que se tem feito, contudo é maior, e basta-lhe chamar-se cidade de S. Sebastião para ser favorecida do Senhor, e merecimentos do glorioso martyr, e accrescentada de S. A. que lhe tem tanta devoção e obrigação. Esta é a breve informação do rio de janeiro; resta pedir a V. Rev. nos encomende e faça encomendar muito a Nosso Senhor, e tenha particular memoria dos que residem e ao diante residirão naquella nova povoação, offerecidos a tantos perigos, da qual se

espera haver de nascer muito fructo para a gloria do Senhor e salvação das almas." (84)

Anchieta partiu. Sua ausência privava a cidade que êle vira nascer, do influxo benéfico que emanava da sua existência, impregnada do idealismo e da piedade que haviam determinado a criação da Companhia de Jesus. Ficava o padre Gonçalo de Oliveira, fraca entidade subjugada ao feito práctico, material, egoísta e ambicioso das coisas terrenas; feição essa que devia empolgar, mais tarde, aquela comunidade religiosa, banindo aos poucos do seu cenáculo a nobre espiritualidade dos verdadeiros discípulos de Loiola.

CAPÍTULO VII

A cidade começava, agora, a ter existência concreta no solo do Rio de Janeiro; condição primordial para que ela pudesse subsistir, e adquirir o complemento humano que a devia integrar nos seus elementos essenciais: o território e a população; — por conseguinte, o corpo e a vida, o *habitat* e a organização urbana. Deixava de ser, assim, o que sempre fôra durante tanto tempo: uma simples aspiração do govêrno geral, da metrópole, dos missionários jesuítas, de quase tôda a colônia, nos seus esforços combinados em tôrno da idéia de criar no "rio" uma povoação honrada e boa.

Tinham sido duros e penosos os trabalhos e sacrificios despendidos pelos povoadores para conseguirem firmar o pé na terra do "rio de janeiro". Era preciso, portanto, tornar definitiva a posse daquele pequeno alfoz, cercado e defendido por Estácio de Sá e a sua gente, onde estavam formando a cidade de São Sebastião, mas que não passava, ainda, de uma simples fortaleza, (1) destinada a assegurar, pelas armas, a posse do território. As contingências do momento impunham essa condição.

Anchieta dizia:

"A cêrca que tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem que se possa dilatar nem sahir della sem socorro de S. Alteza". (2).

Ora, a posse da terra só se poderia manter, nessas circunstâncias, pela força, pela conquista, pela defesa permanente contra o francês e o tamoio.

Não valiam provas de direito ao domínio dela. A prioridade da descoberta; as bulas dos papas, desde Nicolau V a Júlio II, investindo a coroa de Portugal no domínio daquela região do descobrimento; o tratado de Tordesillas, definindo os lindes daquele continente novo e daqueles novos mares, entre portugueses e espanhóis; a jurisdição legítima já exercida aí, por d. João III, com a doação feita a Martim Afonso de Souza em 1534; — nada disso parecia respeitável a franceses, porque fôra instituído sem o consenso dêles, que se atribuíam a liberdade de reconhecerem, ou não, a validade dêsses títulos, convencionados, apenas, entre o papado, os espanhóis e os portugueses. Por isso, entendiam que a nova terra seria do primeiro que se apossasse dela, e pudesse tornar efetiva essa posse pelas armas, ou pelos meios de direito

(84) Anchieta, carta citada.

(1) Códice n. 1. Arquivo do Distrito Federal. Livros de Ordens e Provisoes Reyays, primeiros que houve no Senado da Câmara da cidade de São Sebastião. 1556-1589. Cópia efetuada em 1750. Nêle existem provisões, autos, têrmos etc... de 1565, onde se diz: "Estacio de Sá, capitão mór da Armada que El Rey Nosso Senhor mandou a correr esta costa do Brasil, e a povoar este Rio de Janeiro e nelle ora estou fazendo fortaleza em nome do dito Senhor... etc."

(2) Carta de 9 de julho de 1565, já citada.

geralmente reconhecidos entre povos civilizados. Além de que, por êsses mesmos meios, cumpria considerar o aborigene como o verdadeiro senhor da terra, pois que a desfrutava em virtude de posse remota, quase inmemorial.

Assim, aproveitando e estimulando a desinteligência entre o tamoio e os descobridores, o francês conseguira fixar-se no Rio de Janeiro. Era, por conseguinte, uma usurpação. Desde que Mem de Sá, em quem superava a consciência do magistrado sobre o espírito do guerreiro, exortara a Bois le Comte que abandonasse a terra cujo domínio pertencia à coroa portuguesa, e que o sobrinho de Villegagnon se recusa a fazê-lo, porque cumpria ordens do seu tio, ficara definida a situação. A posse do "rio de janeiro" teria de ser reconquistada pelos portugueses, e mantida pelas armas, uma vez que o seu donatário o havia abandonado, sem impedir que o território caísse vergonhosamente em poder do estrangeiro (3).

Quem provaria maior tenacidade, mais firme intenção de assegurar-se a posse desse território?... — O francês?... — O português?...

No caso occorrente, o alienígena, conforme sua procedência, agia de modo diverso: ambos queriam a posse da terra; mas, o português tinha o senso da colonização, podia, ou não, conviver com o índio; às vezes, excedia-se talvez escravizando-o; acabava, porém, atraindo-o sempre, intencionalmente, para a civilização; — o francês, ao contrário, seu intuito era de natureza puramente comercial; ou não se ligava com o tamoio, permutando apenas com êle as mercadorias, indiferente ao seu destino; ou vivia em promiscuidade com o indígena, mas regredindo ao estado primitivo e selvagem dêste.

A tentativa malograda da formação colonial da França Antártica foi uma prova evidente dessa asserção. Não fôra o ódio do tamoio contra o português, e essa tentativa não passaria de um incidente sem conseqüências para a posse da terra. Não fôra, ainda, o pendor de certa gente francesa, de baixa categoria, em afeiçoar-se à vida selvagem, e, certamente, o comércio francês com o gentio não teria criado raízes profundas no "rio de janeiro", nem produzido as grandes riquezas comerciais da Bretanha e da Normândia no fim do século XVI.

Mas, a decidida resolução dos portugueses de reconquistar o "rio de janeiro", a presença repetida dos seus navios na Guanabara, tornaram menos freqüente, por mais perigosa, a entrada, aí, de naus francesas. Cabo-Frio foi-se constituindo, assim, reduto mais seguro ao carregamento livre, de pau brasil, e de outras mercadorias indígenas.

O desembarque de Estácio de Sá e da sua gente na ponta da Cara de Cão; a construção da cêrca com artilharia apropriada à sua defesa; a proteção da pequena armada ancorada nas proximidades; os primeiros reveses sofridos por tamoios e franceses nos ataques premeditados contra os povoadores, provavam a vontade firme dos portugueses de se apossarem agora daquele solo onde procuravam lançar os fundamentos de uma povoação.

Essa atitude infundiu certo receio a índios e franceses, que resolveram concentrar todos os seus recursos de guerra na Guanabara. O "rio de janeiro" tornou-se, assim, um centro de convergência de tôdas as forças válidas da nação tamoia, providas das aldeias espalhadas pelo continente até Cabo-Frio. Vinham, diáriamente, por terra ou por mar. Juntaram-se aí inúmeras canoas. Os franceses de Cabo-Frio auxiliavam-nas, fazendo-as acompanhar de suas naus. Dariam um grande combate naval, seguido de um violento assalto à cêrca, para destruição completa da fortaleza construída pelos portugueses. Dizia-se, até, que o sobrinho de Villegagnon, preparava-se na França para vir atacar o "rio de janeiro" e São Vicente, com uma poderosa armada.

(3) Não se compreende que ainda se aluda à doação de Martim Afonso de Souza, como diploma de domínio da terra, depois dos acontecimentos que remataram com a reconquista do "rio de janeiro" quando essa doação, na parte que se refere ao "rio de janeiro" nunca teve execução. Estava naturalmente extinta, além de outros títulos e fatos posteriores, por inadimplemento de condições essenciais a ela; pela reversão taxativa no foral; por abandono; pela reconquista do território ao estrangeiro invasor.

Enquanto isso se passava no ambiente inimigo, sucedia relativa calma na cêrca, onde Estácio de Sá firmava-se na posse do solo que fortificara, provendo a tôdas as necessidades dos seus comandados. Erguera-se no arraial, devido aos esforços de Francisco Velho, uma pequena ermida consagrada a São Sebastião. Era construída de madeira e coberta de palmas. Aí celebrava e missionava o padre Gonçalo de Oliveira.

Decorreram tranquilos os meses de abril e de maio.

* * *

Em princípios de junho de 1565 surgiram na barra três navios seguidos de muitas canoas. Eram naus francesas, providas de Cabo-Frio, que vinham ao ataque premeditado. A capitânea, empavesada, ao passar à barra atirou sobre o arraial. Estácio, que fizera apontar uma espora, respondeu, varando-a de pôpa a proa, produzindo muito dano e algumas mortes. Fugindo à artilharia de terra, a capitânea foi de encontro à lage, correndo sério perigo. Os outros navios conseguiram entrar na Guanabara. Com a ajuda dos índios e da maré que enchia, a nau francesa pôde safar-se, penetrando na baía.

A situação desenhava-se agora gravemente ameaçadora para os povoadores. Estácio de Sá reuniu a sua gente, distribuiu os cargos de defesa, resolveu dar combate no mar às naus francesas, protegeu a cêrca contra o assalto provável do inimigo.

Foi brava a peleja, quer no mar, quer em terra. Apesar dos pequenos recursos de que dispunham, os portugueses bateram-se denodadamente contra os navios franceses, matando o seu comandante, obrigando-os a sair apressadamente da baía, seriamente desbaratados. Em terra, defenderam-se tenazmente contra os sucessivos assaltos de tamoios e franceses, junto à cêrca do arraial. Ante a resistência oferecida, os índios foram recuando pouco a pouco, até ficarem completamente destróçados tamoios e franceses. O fogo encaregou-se de destruir os últimos redutos do inimigo com a vitória dos povoadores (4).

Como se vê, aquêlê pugilo de homens destemidos, guiados por seu capitão-mor, mantinha-se adstrito ao solo do pequeno arraial fortificado, suportando todos os sacrifícios, lutando sem descanso pela posse da terra.

Afastado o perigo, foi preciso reparar as avarias produzidas por tão ásperos combates. Dos navios portugueses, estava seriamente avariada a nau capitânea, que foi enviada à Bahia a fim de ser consertada (5). Ficaram os navios pequenos.

Aquele período de agitação guerreira sucedeu prolongado sossêgo que permitia o restabelecimento da defesa na pequenina vila de São Sebastião. Já haviam decorrido alguns dias sem que houvesse indícios de tamoios nem de franceses. Corria, entretanto, que êles tinham recebido reforços de Cabo-Frio, e naus de França.

* * *

Estácio de Sá resolveu, então, expedir oito canoas armadas para uma exploração pela baía dentro, até onde pudessem chegar, a fim de colher notícias ou alguma prêsã de guerra. Andaram pela Guanabara durante dois dias,volvendo depois ao arraial, sem novas do que havia, nem resultados compensadores para a expedição (6).

(4) Carta do Jesuíta Quirício Caxa, ao provincial dr. Diogo Mirão, narando os detalhes desses combates. Datada da Bahia a 13 de julho de 1565. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXVII, p. 259.

(5) Chegou à Bahia entre 9 e 13 de julho de 1565. Vide Quirício Caxa, carta citada.

(6) Fê de officio de Belchior de Azeredo. Vide Baltazar Lisboa. Anais do Rio de Janeiro. Vol. 1, p. p. 94 a 101; com a correção de Capistrano, nota (11) p. 413 da Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., 1.^o vol. (Nessa nota há um erro tipográfico: onde se lê 1566, deve-se ler: 1565).

A esta altura, vão rarear, de novo, os documentos da época, sobre a atividade guerreira dos povoadores no "rio de janeiro". Não é que tenham escasseado os cronistas daquele momento histórico para a cidade. Nesse particular, os jesuítas contribuíram sempre copiosamente, com a sua correspondência constante, para o conhecimento dos sucessos a que estiveram presentes, ou em que colaboraram. Desde fins de março de 1565, Anchieta afastara-se do "rio de janeiro". Ficara, entretanto, o padre Gonçalo de Oliveira, que devia ter comunicado ao provincial da Companhia de Jesus tudo quanto ocorresse posteriormente.

De São Vicente, escrevia o padre Leonardo do Valle:

"...como agora fez a armada em o povoar o rio de janeiro, do qual nesta é excusado fallar, pois está lá o padre Gonçalo de Oliveira, que como testemunha de vista o poderá bem contar" (7).

Teria de fato contado?... Onde pára essa correspondência preciosa para a história da nossa cidade?...

Ao que parece, e os acontecimentos conhecidos vão confirmar, salvo uma ou outra escaramuça sem importância em que se empenharam forças parciais dos povoadores, nenhuma tentativa de luta generalizada, quer, no mar, quer em terra, ameaçou a integridade daquela pequena fortaleza, até fim do ano de 1565.

Isso permitiu que, num ambiente de paz necessário ao surto da existência urbana, se fôsse gradualmente esboçando a formação da nova cidade, pela decisão com que aquela população ia-se fixando na terra, pela criação sucessiva dos seus órgãos mais essenciais e indispensáveis ao exercício de funções coletivas, pela subordinação deles aos princípios de autoridade e de legitimidade sem os quais não há organização urbana possível, nem fundamento estável para qualquer atividade civil. É a característica do fenômeno social.

Em verdade, a tenacidade de Estácio de Sá e da sua gente, em não ceder um instante sequer à posse daquele torrão, onde haviam implantado a sua fortaleza, repelindo e desbaratando assaltos e forças contrárias, tinha já produzido um salutar alívio em quase toda a colônia, livrando-a da ferocidade do tamoio, principalmente em São Vicente, cuja população sentia-se desoprimida dos ataques repetidos e imprevistos dos indígenas (8).

Mas, se rareiam os cartulários daquela época, ou porque os séculos se encarregaram de expungir-los da memória das gerações que se sucederam, ou porque jazem inéditos, esquecidos, nos recessos de arquivos ainda não compulsados, a verdade é que não será difícil respigar, nos inúmeros diplomas que chegaram até nosso tempo, indicações variadas e dispersas que eles encerram, e por onde se consiga, coligindo-as, reconstituir em parte a trama provável daqueles fatos remotos.

Evidentemente, após a atividade guerreira, conquistadora, inicial, sucedera na fortaleza a trégua relativa que permitia aos povoadores cuidarem da formação da cidade.

Foi muita lenta, muito indecisa essa formação. Nem se poderia constituir, de repente, o organismo essencial à existência urbana. O conceito de

(7) Carta de 23 de junho de 1565. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXVII, p. 258.

(8) Carta do Padre Leonardo do Vale. "Mas é notório a todos serem tantos e tão evidentes os milagres que se viram na fundação deste negocio (povoação do rio de janeiro) e nos combates que houve, que podem já esquecer os da India e da Africa, e assim se mortificaram e quebraram tantos os animos dos inimigos que do muito que lá o Senhor obra em favor dos nossos, redunदा a esta capitania não pequena parte da bonança de que já começa a gozar, vendo-se algum tanto desapressada das muitas angustias de que de todas as partes esteve cercada"... 23 de junho de 1565, obra citada.

cidade tem variado com as épocas e com o espírito que as condiciona. Naquele tempo, as ordenações já traçavam, para isso, fórmulas definidas. Mas, a colônia estava fora do ambiente próprio ao regime que instituíra as ordenações. Fazia-se o que as circunstâncias permitiam. Daí a criação de magistraturas e encargos públicos que deviam formar a administração da cidade, subordinados, entretanto, à autoridade do governo geral que, por vez, era como um desdobramento longínquo da autoridade do próprio rei. Nesse particular, os primeiros atos emanaram diretamente da cidade do Salvador assinados por Mem de Sá, segundo o regimento que recebera del-rei (9).

Estácio de Sá agia também de conformidade com um regimento próprio, no qual fôra investido, — em parte pelo rei, em parte por seu tio, Mem de Sá, — de prerrogativas necessárias e legítimas para o fim de reconquistar o "rio de janeiro", e fundar aí uma cidade (10).

Ora, entre essas prerrogativas estava a atribuição de *sesmeiro*, isto é: autoridade legítima para a repartição das terras de domínio da coroa; para efetuar, por conseguinte, as operações do *sesmo*, ou parcelação territorial, por meio de doações que se denominavam "Sesmarias" (11).

Era natural portanto, que, justamente quando se começava já a considerar a terra do "rio de janeiro" como reintegrada ao domínio da coroa, se cuidasse também de assegurar esse domínio por meios legítimos; à cidade, pela formação do território próprio e indispensável à sua existência material; a todos os indivíduos que a solicitassem, para que a pudessem desbastar, plantar, povoar, nos termos estritos das ordenações e dos costumes. Ninguém se entregaria a esses misteres, característicos do povoamento, isto é: da fixação do homem à terra pelo trabalho, sem a segurança precípua de haver o domínio do solo, a fim de transformá-lo, a princípio, pelo esforço próprio, depois, pelo labor escravo, em fator de produção e de riqueza, máxime naquele tempo, em que toda a atividade pacífica se concentrava, por assim dizer, no cultivo dos campos, na criação do gado, de onde se originou, afinal, uma aristocracia agrária que tanto devia influir, posteriormente, sobre os destinos da cidade (12).

(9) Dêsse regimento só se conhecem alguns trechos, por transcrições parciais.

(10) Apenas conhecido por indicações isoladas.

(11) Herculano. Hist. de Portugal. Séculos XII e XIII. 1853. Tomo 4.º, p. 241. "A origem da denominação, que aliás se acha empregada em outras partes da Hespanha, é obscura, mas os fins do cargo claros e precisos. Os *sesmeiros* correspondiam na administração interna das grandes municipalidades aos *coirelleiros*, também às vezes denominados *sesmeiros*, das terras reaes sem organização municipal, dos concelhos rudimentaes, de parte dos imperfeitos, e dos vastos predios particulares. Incumbia-lhes a divisão e a distribuição dos terrenos concedidos por termos aos concelhos na carta foral ou por acto posterior, ou daquelles que já constituíam esse termo por acto anterior, ou por uso e posse antiga, ou finalmente daquelles cuja apropriação era sufficiente para o complexo de todas as famílias subsistirem quando o perimetro do alfoz se achava indeterminado. A distinção entre *sesmeiro* e o *coirelleiro* consistia em este ser um official ou preposto do rei ou do grande proprietario, e ess'outro um magistrado municipal, cujo ministerio era obviamente indispensavel nos primeiros tempos da organização dos concelhos, onde a propriedade territorial não se achava, por qualquer motivo, de antemão distinta e demarcada." Isso quanto à origem. Muito mais tarde, e por extensão, passaram também a denominar-se *sesmeiros*, os possuidores de *sesmarias*.

André Rebouças. Gênese da Sesmaria. Rev. de Engenharia, Vol. XII, 1890, ns. 245 e 246: "A lei inicial das *sesmarias* é a de D. Fernando, dada nas côrtes de Santarém a 26 de junho de 1375. Acha-se reproduzida no livro IV das ordenações Affonsinas."

(12) Foi no campo, nas *rossas*, nas fazendas, que se formou o sentimento nativo da brasilidade. No meio urbano, em virtude do contato com o reinol

Fôsse como fôsse, uma idéia dominadora predominava entretanto sobre todas as coisas, animava todos os esforços, impelia os homens a todas as audácias: a da fundação da cidade, isto é, a de instituir um organismo social que fôsse o núcleo da atividade coletiva regional, resultando do concurso de todas as atividades individuais, mas, ao mesmo tempo, com a autoridade reguladora de todas as tendências humanas, a fim de que atuassem para um fim comum, de progresso social.

Naquele momento, os povoadores, apesar da serenidade com que os dias se sucediam, pouco, muito pouco, deviam saber das particularidades topológicas daquela região. Terras, rios, montanhas, certos recantos da baía, seriam ainda para eles coisas estranhas, apenas reveladas pela contemplação, até onde a vista, de longe, podia penetrar naqueles arcanos; salvo o litoral, por onde palmilharam algumas vêzes nas algaras contra o gentio, mas, naturalmente, sempre de passagem. A toponímia regional tinha de se ajeitar ao que se conhecia do tamoió, ou se iria formando, espontaneamente, à proporção que o tempo fôsse emprestando às localidades os nomes suscitados pelos homens, pelas coisas, pelos acontecimentos.

* * *

Pois bem, foi nesse ambiente, assim definido, que surgiu um dia, na fortaleza, em pousadas do capitão-mor, a seguinte e estranha petição do padre Gonçalo de Oliveira:

“Senhor capitão-mór — Diz o Padre Gonçalo de Oliveira da companhia de Jesus, que elle foi mandado por seu superior o Padre Manuel da Nobrega, Reitor e commissario desta Capitania de S. Vicente, Espirito-Santo em armada de S. A. em companhia de V. M. ao rio de janeiro no qual só pero eba... direita que Deos deo a povoação do dito rio, edificado uma casa, igreja da devoção de S. Sebastião da sobredita companhia de Jesus onde o presente está esperando na misericórdia do altissimo, que se quizera servir da companhia nella... brir porta a salvação de tantas almas perdidas, como ha no gentio desta terra fazer-se collegio, para cuja sustentação se requer haver terras como tem o da cidade do Salvador e o da Capitania de S. Vicente. Pede a v. m. para este effeito lhe conceda de sua agua, que poderá estar desta cidade legoa e meia a qual chamão *Iguassú*, do nascimento della até onde entra na Baya, e ao longo della, digo, da Baya para a banda do noroeste cortando ao direito, até uma tapera que se chama *Inhaúma* outro tanto em quadra pela terra dentro, em o que receberá mercê, digo, grande caridade e mercê.”

Nessa petição, o capitão-mor apôs o seguinte despacho:

“Dou ao collegio de Jesus deste rio de janeiro as terras que em esta sua petição pede, e ser-lhe a passada carta havendo Escrivão do officio, com as confrontações que diz, e será obrigado a confirmar por S. A. ao seu Governador, ao 1º de Julho de 1565 annos. — Estácio de Sá” (13).

— negociante, homem de officio ou de administração pública — êsse sentimento resultou do instinto de revolta contra o estrangeiro dominador.

(13) “Manuscripto do Tombo do Collegio dos Jesuitas” (inédito e já muito estragado pelos bichos), segundo transcrição e anotação de Mello Moraes, pai. Vide: Cronica Geral e Minuciosa do Imperio do Brasil. 1879. p. 86 — O Patrimonio Territorial da Camara Municipal do Rio de Janeiro. 1881.

É de presumir que não existam remanescentes dêste documento do século XVI. Ainda mesmo que existissem, a verificação da autenticidade da sua redação não despertaria hoje outro interesse que não fôsse puramente histórico. Os atos, os litúrgios, os debates intermináveis que decorreram do texto dêste diploma, durante quase dois séculos, entre a cidade, representada pelo Senado da Câmara, e a Companhia de Jesus, tiveram seu epílogo dramático em 1759, por ocasião da expulsão dos jesuítas e do seqüestro de todos os seus bens. Já foram aqui pormenorizadamente explanados.

Contudo, a formação insólita dêsse diploma, a redação ambígua do seu texto, as interpretações a que se prestou, rodearam-no sempre de um mistério quase impenetrável. Nóbrega ou Anchieta nunca teriam solicitado espontaneamente do capitão-mor, a terra, por sesmaria. Coube ao jesuíta Gonçalo de Oliveira adiantar-se pressurosamente aos demais povoadores da cidade nascente, requerendo que se lhe concedesse toda a terra compreendida nos limites que êle traçava, a partir daquela água que distava légua e meia da cidade, a que chamavam *Iguaçu* (14), desde o nascimento dela até à baía, daí cortando direito no rumo de noroeste até uma tapera que chamavam *Inhaúma*, e outro tanto para o sertão.

Não há documentos que expliquem a sabedoria daquele padre, em matéria de características relativas à terra pedida, quando se conhece a dificuldade que havia então, de percorrer a Guanabara por aquelas bandas, onde se localizava a data pedida. É possível, entretanto, que êle tivesse seguido nas oito canoas que haviam percorrido, durante dois dias, os recantos da Guanabara, e daí o seu conhecimento da região.

Surpreende, ainda assim, o interesse dêsse sacerdote providente, precedendo aos demais povoadores na aquisição da propriedade territorial no “rio de janeiro”. Parecia ter por mui elevadas e nobres, as coisas do céu, mas, seguramente, não desdenhava de garantir-se na terra antes que outros o fizessem, embora o fundamento moral da comunidade religiosa a que pertencia, erigisse como preceito indeclinável a todo jesuíta: a pobreza voluntária.

Mas o padre Gonçalo de Oliveira não era um tipo de jesuíta da feição espiritual, nem da envergadura moral de um Nóbrega ou de um Anchieta. Pouco se conhece da sua vida. Ainda assim, o pouco que se sabe dela, é o bastante para que se possa esboçar-lhe o perfil de homem prático, apegado às coisas materiais, ávido de riquezas e de conforto. A princípio, pregava, celebrava, missionava. Nos combates de junho, pôs-se em oração na ermida de palmas enquanto as frechas tamoiás cruzavam o espaço, traspassavam o teto da capela, caíam-lhe em tórno, ficando pregadas no chão sem tocá-lo nem feri-lo (15). Mais tarde, chegou a ser reitor e procurador do colégio do Rio de Janeiro, quando êsse colégio já tinha existência real (16). Ainda depois, sem que se saiba porque, foi despedido da Companhia de Jesus (17). A inquirição e devassa a êsse respeito devia ter sido longa e interessante de conhecer. Passado mais algum tempo, tornara-se argentário na Bahia. Seria, talvez, um dos magnatas daquela época, porque, em 1584, recebia em sua casa o padre visitador, o provincial, outros padres e irmãos, servindo-os de várias iguarias com todo bom serviço, de porcelana da Índia, e de prata. Na sua fazenda Ipitanga ofertava-lhes várias coisas doces, tão bem feitas, que pareciam da Ilha da Madeira. Dava-lhes banquetes acompanhados de vários pratos de aves e de caças. Servia-os na mesa com grande diligência e

(14) Saco de São Diogo. Essa denominação “Iguaçu” não consta de documentos do fim do século XVI. Numa carta antiga do Rio de Janeiro (Roteiro do Século XVI) reproduzida na História da Colonização Port. do Brasil, Vol. III, p. 230, o local tem a denominação de Rio Iububuracica. Vida cópia em Rev. do Inst. Hist. Tomo 70, p. 876.

(15) Simão de Vasconcelos. Crônica da Comp. de Jesus. Livro 3.º, § 82.

(16) Anais da Biblioteca Nacional. História dos Colégios do Brasil. Vol. XIX, págs. 129, 131.

(17) Informação de Anchieta. Anais da Biblioteca Nacional, Volume XIX, p. 66.

caridade (18). Era preciso, portanto, que dispusesse de fortuna, para se permitir, naquele tempo, tais liberalidades suntuosas.

Roi-a-o entretanto um desejo intenso: o de voltar a pertencer à Companhia de Jesus. Instou, por isso, com Anchieta. Ao que parece, exigiram d'ele que abandonasse os bens que possuía, incompatíveis com a pobreza de um jesuíta; distribuindo-os pelos pobres, ou fazendo doação, por escritura pública, à Companhia de Jesus. Tergiversou por muito tempo temendo que o despedissem de novo, já então arruinado. Assentiu afinal em desfazer-se dos seus bens, mas, quando devia jurar os três votos de jesuíta, desistiu de submeter-se à prescrição, vociferando que o queriam estrangular. Contudo, foi-se operando lentamente uma transformação naquele espírito atribulado, já enfraquecido pela doença, emprestando-lhe um aspecto de convertido. Tudo isso atenuou a situação, favorecendo o julgamento dos padres a seu respeito (19).

Aí está o esboço moral do apressado solicitante da sesmaria dos Jesuítas no "rio de janeiro". Ele foi como o germe do aspecto prático que devia ir, aos poucos, orientando aquela comunidade religiosa, estiolando a espiritualidade que a fizera desabrochar, e transformando-a na poderosa companhia comercial, perseguida e falida em 1759.

Podia-se admitir que aquêles rudes povoadores se mostrassem cubiçosos de possuir terras, quando a cidade mal começava ainda a formar-se, nunca porém, que a avidez pela propriedade da terra partisse de um sacerdote, de um jesuíta, de um religioso, que fizera voto de pobreza voluntária. Valeu entretanto essa atitude como elemento de precedência, como título anterior aos demais, e, por isso mesmo, mais hábil em direito, mais legítimo nos casos de dúvida, ou de confusão de limites das terras doadas, do que outros que o seguiram depois. Sabe-se, pelo que foi anteriormente narrado, quanto essa circunstância concorreu sempre, embora aparentemente, para dar ganho de causa aos jesuítas contra os interesses patrimoniais da cidade.

Concluindo este episódio, repontemos agora ao curso da exposição.

* * *

Com o mês de julho de 1565, segundo os diplomas conhecidos, surgira a primeira sesmaria doada por Estácio de Sá no "rio de janeiro". Alguns dias passados, e, a 11 e a 13 desse mesmo mês, o capitão-mor atendia a duas solicitações de Pedro Rodrigues, concedendo-lhe duas pequenas sesmarias: a de uma ilha em frente a *Mersegitiba*, e a meia légua de terra ao longo da costa de *Pina Sape*, correndo ao nordeste ao longo da baía. (20)

É possível que, durante a calma daqueles dias passados, houvesse indícios de movimentos tamanho ao fundo da baía. Preocupava o espírito do capitão-mor a ocupação necessária do continente, até onde iriam, talvez muitas vezes, junto à aguada da carioca, ou por pequena extensão do litoral que frequentavam aos poucos. Mas, Estácio de Sá carecia saber o que se passava pelo "rio" a dentro, o que se preparava aí contra a fortaleza, o que faziam os índios e os franceses. Encarregou Belchior de Azeredo, como pessoa ouvida e de confiança, de seguir em expedição pela Guanabara interior até onde ela acabasse, em distância de mais de seis ou sete léguas, para destruir as forças inimigas, se as encontrasse, e trazer notícias de tudo quanto visse e soubesse.

Partiram em nove canoas armadas, ao anoitecer do dia 12 de julho. A 13, encontraram ao fundo da baía muitas canoas tamanho. Houve nesse

(18) Segundo suposição de Rodolpho Garcia. Vide: Fernão Cardim. *Tratados da Terra e Gente do Brasil 1583-1590*, p. 302. Nota XL, p. 393.

(19) Memorial do Padre Gonçalo de Oliveira e informação de Anchieta. *Brasil 1590*. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XIX, págs. 64 a 67.

(20) Códice n. 1, p. 14 verso. *Rev. do Arq. do Distrito Federal*, ano 1.º, p. 12. Publicação da Diretoria Municipal de Estatística e Arquivo. *Ordens e Provisões Reays*, p. 11 a 14.

dia vários e encarniçados combates entre portugueses e os índios. Mataram dois principais, aprisionaram alguns índios, morreram na peleja muitos tamanho de ficarem as águas rubras de sangue e coalhadas de mortos. A 14, estavam de volta à fortaleza, vitoriosos. (21)

A notícia desses acontecimentos devia ter repercutido na vila com agrado geral, e produzido muita satisfação ao capitão-mor. Nesse mesmo dia Estácio de Sá mandava lavar, por certidão, a Belchior de Azeredo, assinando-a, a narrativa das suas façanhas guerreiras, para que a utilizasse como instrumento de serviços prestados na guerra do "rio de janeiro". (22)

Esses sucessos concorrerem sem dúvida, para que todos se sentissem tranquilos e garantidos, por algum tempo, na fortaleza. Incutiriam, por certo, no ânimo daquela gente possibilidades de entregar-se, mais francamente, a ocupações pacíficas enquanto durasse aquela ausência de hostilidades. O ambiente favorecia por isso a formação e organização da cidade.

Não se sabe, com precisão, qual o primeiro ato que instituiu magistratura ou atribuição de governo local, dando organização inicial à cidade. Presume-se que, nesse particular, a precedência coube à justiça, com a criação do cargo de juiz ordinário. Diz Varnhagen que, desde que Estácio de Sá chegou ao "rio de janeiro", havia nomeado juiz ordinário da cidade a Pero Martins Namorado, que devia entender do cargo quando é certo que o havia exercido como pedâneo em Santos. (23) Não há porém nenhuma indicação formal dessa nomeação. Nos raros diplomas conhecidos do ano de 1565 não figura ainda o nome desse juiz. Só aparece, depois, em vários documentos relativos ao ano de 1566.

De maneira que, salvo prova em contrário, o primeiro ato criando, verdadeiramente, a cidade, foi o da instituição do seu patrimônio territorial, o da criação da parte material, digamos assim, física da sua existência, o seu corpo, o seu "mundus", para constituição do "habitat" da sua população, para determinação legal do solo dominical onde ela devia existir, para fixação dessa população que devia crescer, desenvolver-se, prosperar pelos séculos em fora.

A iniciativa desse ato partiu daquele agrupamento humano que se concentrara na fortaleza da colina da "cara de cão", onde havia mais de quatro meses, comungava dos mesmos intuits, animava-se das mesmas esperanças, curti os mesmos sofrimentos, movia-se aos mesmos interesses. Constituiu-se, assim, numa aglomeração nova, coesa, mas de feição militar conquistadora para garantir-se a posse da terra. Logo que a atividade guerreira preparatória fôsse perdendo o seu aspecto de necessidade, cederia à atividade pacífica o domínio daquelas vontades, e, então a *Urbs* apareceria, como uma consequência natural, normal, da vida coletiva sedentária, como um elemento seguro de progresso social para aquela aglomeração bisonha e rude.

* * *

Em meados de julho, os moradores e situadores da vila, na fortaleza, requereram coletivamente ao capitão-mor que lhes desse terras para rocio do-concelho, (24) para pastos de gado, apresentando petição assinada por grande maioria d'elles (25).

(21) Segundo Varnhagen, esses combates realizaram-se próximo à ilha de Paquetá. *Hist. do Brasil*, 3.ª ed., 1.º vol., p. 413.

(22) Fé de officio de Belchior de Azeredo, loc. cit., com correção de Capistrano.

(23) *Hist. do Brasil*, 3.ª ed., 1.º vol., p. 413.

(24) No século XVI, o concelho era denominação equivalente a município. Vide: Herculano. *Hist. de Port.*, Vol. 4.º, p. 49. "O nome de concelho, equivalente a município, é uma expressão puramente peninsular, de que não restam vestígios para além dos Pirenêos."

(25) Infelizmente não consta da certidão, extraída da petição original pelo tabelião Pedro da Costa em 18 de agosto de 1567, o texto exato e completo dessa petição. Carta de Sesmaria da Cidade. Códices 310 e 642.

No verso desse requerimento lavrou Estácio de Sá o seguinte despacho:

“Visto a petição ser justa dou aos supplicantes para pastos e rocios da cidade em nome de El Rey nosso Senhor, e por seu mandado, e do seu Governador geral Mem de Sá, lhe dou hua legua, e meya de terra comessando da casa da pedra ao longo da bahia athé onde se acabar, e para o sertão o mesmo, e que virá sahindo á Costa do Mar brabo, e Gavea como em sua petição dizem, e lhe passem carta ou provisão, e della lhe deem posse porque assim o hei por serviço do dito. Senhor. Aos dez e seis de Julho do anno de secenta e sinco annos — Estacio de Sá” (26).

Estava, por essa forma, manifestado, naquela população adventícia, o ânimo coletivo de constituir o patrimônio territorial do concelho ou da cidade. A doação, efetuada por autoridade legítima, na conformidade do regimento que lhe fôra traçado, instituía, de direito, em nome do rei e do seu governador geral, o aludido patrimônio. Restava agora realizar-se a posse, como o próprio diploma determinava, para que aquela doação se completasse.

“A tomada de posse — em direito — consiste em um fato material qualquer patente, pelo qual o adquirente se entende ficar legitimamente habilitado para dispor da coisa.” (27).

Desde a mais remota antiguidade, como uma reminiscência fetiche do passado, a idéia da posse só se compreendia aliada a um fato concreto de apreensão, de retenção da coisa corpórea.

No século XVI os conquistadores observavam, por tradição, um ritual de apreensão, das coisas corpóreas, por meio de um ato material que significasse a tomada da posse. Algumas vezes eram movimentos puramente intencionais sem significação propriamente jurídica; (28) outras vezes constituíam cerimonial complementar de um título de domínio, observado como uma necessidade imprescindível de prova pública da apreensão, da posse, completando o direito de propriedade preestabelecido.

Foi o que aconteceu no caso da doação da Sesmaria da cidade.

A 24 de julho de 1566 realizou-se a cerimônia da posse das terras doadas. O capitão-mor Estácio de Sá, os povoadores e situadores da cidade, formando grande cortejo, passaram-se à banda de além da fortaleza, aonde se chama a *carioca* que era terno da cidade, a fim de tomarem posse das terras assignadas para o Concelho; e sendo lá, pelos moradores e povoadores foi requerido ao capitão-mor que os mandasse meter de posse das ditas terras, que tinha dadas; pelo que o capitão-mor ordenou a Antônio Martins, meirinho, que metesse de posse a João Prosse das ditas terras; que assim determinava, porquanto, para êste caso, o dava por procurador da dita cidade; pelo que logo os moradores e povoadores disseram, que êles haviam por bem, que êle João Prosse tomasse a dita posse em nome de todos, assim presentes como ausentes; então, o dito meirinho lhe meteu nas mãos terra, pedra, água, paus e ervas, e com isso passou e andou pela terra, com todos os moradores e povoadores que estavam presentes, e assim houveram-se todos por empossados e metidos na posse das referidas terras, sem que nenhuma pessoa os viesse

(26) O despacho do capitão-mor foi aqui reduzido à substância da doação. Códices 310 e 642, p. 4 e 5. Rev. do Arq. do Dist. Federal. Ano 1.º, p. 22. Haddock Lôbo. Tombo das Terras Municipais. Tomo 1.º, ps. 74, 75.

(27) Coelho da Rocha. Instituições de Direito Civil Português. Tomo II, p. 347, sexta edição, 1886.

(28) Blanco-Fombona. El conquistador español del siglo XVI, p. 52. “Cuando Balboa entró acorazado en el Pacifico y con la espada desnuda exclamó que tomaba posesión de aquel océano en nombre del Rey de Espana, un ojeven clérigo, abrasado de místico fervor, entró en el agua, vestido con sus hábitos y blandiendo un Crucifijo sobre las ondas, crucificando al mar, corrigió, combativo, a Balboa: “Io tomo posesión de este mar em nombre de Jesucristo.”

contradizer, nem ir à mão, e sendo tomada a posse, tornaram-se todos para a vila ou cidade de São Sebastião, na fortaleza. Dessa cerimônia, não se lavrou naquele momento o respectivo auto, porque não havia ainda tabelião para fazê-lo. (29)

E assim, ficou definitivamente instituído o patrimônio territorial da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. (30)

* * *

Antes de prosseguir na exposição dos fatos subseqüentes que remataram com a fundação da cidade, examinemos as condições segundo as quais ficou constituído o patrimônio territorial do concelho, procurando interpretar a situação com as reflexões que o caso sugere.

Conforme já se verificou, o agrupamento humano que se organizara com a intenção de apossar-se do solo do “rio de janeiro”, conseguira firmar-se na ponta da “cara de cão”, construindo reduto fortificado para defender-se contra qualquer agressão que tentasse desalojá-lo dali.

A convivência diuturna entre aquêles homens, sujeitos a uma vida de perigos e de ameaças, de sobressaltos e de acidentes de tôda ordem, foi tornando cada dia mais íntimas, mais solidárias as relações entre êles, de maneira que, mui naturalmente, a comunidade de sentimentos e de interesses devia acabar por dominar aquela população adventícia, transformando-a numa pequena aglomeração capaz de constituir o núcleo de uma futura cidade.

Logo que, naquele ambiente, sucedeu um período de calma que permitiu o abandono da atividade guerreira pela existência pacífica, a transformação sobreveiu espontânea. Quando isso aconteceu, ainda que por períodos de tempo relativamente curtos, o primeiro impulso daquela gente foi obter do capitão-mor, como sesmeiro das terras da coroa, que lhe concedesse a porção de solo necessária e suficiente para que a povoação pudesse ter existência real.

Ora, o terreno onde fôra erguida a fortaleza, conquanto excepcionalmente situado e adequado à defesa militar dêsse agrupamento humano, não tinha, entretanto, capacidade suficiente para a existência de uma povoação. Não era possível, portanto, pensar em escolhê-lo, nem aceitá-lo, para estabelecer aí as bases definitivas da futura cidade.

A povoação tinha de ser forçosamente localizada no continente, em posição que permitisse a sua expansão sem prejuízo da defesa. Parecia naturalmente indicada para a sua instalação, apesar do conhecimento muito limitado que os povoadores possuíam da região, (31) a parte do litoral, em forma de praia, que se estendia do atual morro da Viúva às fragas que desciam do atual morro da Glória, e penetravam pelo mar a dentro. Chamavam-na — a *Carioca*. (32) Aí desaguava o rio de águas límpidas que tinha o mesmo

(29) O auto só foi lavrado em 1567. Êste resumo corresponde à narração feita por João Prosse a Pedro da Costa, tabelião e escrivão das sesmarias, em 1567, para que fizesse o respectivo termo. Carta da sesmaria da Cidade. Daí se infere que Antonio Martins já era meirinho. João Prosse foi almotacé em setembro de 1566. Códice n. 1, 2.º livro de Provisoens Reays.

(30) Varnhagen equivoca-se quando diz: “Arbitrou o capitão-mor que o termo da cidade se estenderia como o da Bahia, até um raio, para cada lado, de seis leguas; e para patrimonio da camara e rocio da povoação doou legua e meia de terra.” Hist. do Brasil, 3.ª ed., 1.º vol., ps. 411 e 412. Estacio de Sá doou apenas, para patrimonio da cidade, a legua e meia. O termo de seis leguas em quadra foi arbitrado mais tarde, em 1567, como veremos, por Mem de Sá. Não se compreende que o autor cite em nota (8) da mesma página, em abono do que afirma, as autoridades de Taques e de monsenhor Pizarro, quando eles não confirmam essa alegação. Vide Taques, em Rev. do Inst. Hist., vol. 9.º, 2.ª edição, p. 322. Monsenhor Pizarro. Memorias, vol. 7.º, p. 154.

(31) Cêrca de dois meses na ilha dos franceses (Villegagnon). Havia mais de quatro meses que permanecia na península da “cara de cão”.

(32) Vocábulo de procedência e de sentido ainda incertos, apesar de muitas origens, formações e significações que lhe têm sido atribuídas. Os fran-

nome. Tôda essa região estava coberta de mata espessa e frondosa, com exceção de um ou outro claro aberto pelos índios, onde estanciavam as suas aldeias.

Algumas vêzes, nos momentos de tréguas, os povoadores teriam freqüentado a carioca, em busca de água ou de outros produtos naturais de que careciam, ou, ainda, para se aperceberem da situação inimiga. Teriam, mesmo, tentado embrenhar-se cautelosamente pela terra dentro, a fim de melhor conhecê-la; mas essas tentativas não lograriam bom êxito, devido às contínuas ciladas que os tamoios lhes armavam.

Para quem se habituara, naqueles tempos, à contemplação da paisagem litorânea, vista da baía ou da colina da "cara de cão", a terra que beirava o mar, estendia-se aproximadamente na direção norte, apoiada em quatro pequenos outeiros isolados — posteriormente denominados da Viúva, da Glória, do Castelo (33), e de São Bento. Nos intervalos desses morros o terreno arqueava-se, recuando para o interior, e formando praias, alagados e brejos, reentrantes, cobertos de cerrada brenha. O mar, penetrava por essas reentrâncias até às faldas de colinas, de espigões, de contrafortes, afastados, junto aos quais ia bater no seu perpétuo movimento de corrosão das margens que alcançava; ou então, invadia os brejos extensos, nos quais fluía e refluiu, periodicamente, a onda-maré.

Mas, ao chegar à ponta de São Bento, a terra litorânea refugia, repentinamente, na direção aproximada de oeste, indo formar, mais adiante, o grande delta que despejava no mar as águas caudalosas de vários rios provindos de região desconhecida. Aí, dilatava-se o estuário do "Iububuracica" (34). Entre São Bento e êsse estuário, duas pontas rochosas salientes sobre o mar — os morros posteriormente denominados da Saúde e da Gamba — quebravam a harmonia da direção ocidental da pequena serra.

É bem de ver que a sinuosidade marginal da terra, assim assinalada, resultava do relêvo natural do solo, desde a Carioca ao Iububuracica. Onde o terreno resistente lindava com o mar, a saliência acentuava o contorno; onde o mar trabalhava o aluvião movediço ou o sedimento tenro, a força das ondas e da maré esculpia reentrâncias profundas até às proximidades de outras rochas alcantiladas mais distantes, que opunham um paradeiro à erosão. Daí a aparência caprichosa daquela orla litorânea que serpava do extremo da carioca ao recôncavo do Iububuracica, mas, obedecendo, no seu conjunto, às direções do setentrão e do ocaso.

A partir do estuário, a linha marginal tomava rumos variáveis. A princípio, próximo a noroeste; depois, alongando-se em ponta na direção de leste — o caju —; em seguida, refugindo, de novo, para formar uma vasta enseada que terminava para os lados de "Unhaúma ou Inhaúma"; e daí, para o interior da guanabara.

Pois bem, a doação da sesmaria da cidade abrangia a maior parte dessa orla litorânea. Pode-se assegurar até que os limites com que foi consignada essa doação, acompanham, de perto, a forma aparente desse litoral, mau grado o pouco conhecimento que havia ainda do interior daquela região. Pelas condições estabelecidas no despacho de Estácio de Sá, tôda a terra a oeste da guanabara, desde o Iububuracica à Carioca, e daí ao mar bravo e Gávea, era do patrimônio do concelho ou da cidade.

ceses diziam: Kariauk — Jean de Lery; Cariobe — André Thevet. Vide: Baptista Caetano. Etimologias Brasilicas. An. Bibl. Nac., vol. II, p. 404. — Theodoro Sampaio. O Tupi na Geografia Nacional, 3.^a ed., p. 183. — Varnhagen, Hist. do Brasil, 3.^a ed., 1.^o vol., p. 415, nota (15).

(33) Hoje arrazado.

(34) Atual Avenida e Canal do Mangue, entre a rua Coronel Pedro Alves e a antiga Praia das Palmeiras e Praça dos Lázaros. Chamou-se durante muito tempo Saco de São Diogo. Iguacu é o nome que lhe atribuí a Sesmaria dos Jesuítas. A carta mais antiga, conhecida, do Rio de Janeiro, denomina-o Rio Iububuracica. Hist. da Colon. Port. do Brasil, vol. III, p. 230. Rev. do Inst. Hist., tomo 70, págs. 876 e 877.

Ao redigirem o requerimento em que pediam, coletivamente, a terra destinada à instalação definitiva da cidade, povoadores e situadores teriam em mente, a configuração de todo aquêl litoral que, ao depois, veio claramente consignado no despacho do capitão-mor lançado nessa petição. Ele confirmava, assim, o que todos os moradores julgavam necessário para a instituição do patrimônio e rocio do concelho. Doando tôda aquela terra Estácio de Sá acrescentava: que assim a concedia por achar justo o pedido.

Mas, fazendo a doação de légua e meia de terra para rocio da cidade, o capitão-mor definia a sesmaria patrimonial, com as seguintes características: primeira — que essa légua e meia começasse da casa de pedra; segunda — ao longe da baía até onde se acabar; terceira — para o sertão a mesma légua e meia; quarta — e que irá saindo à costa do mar bravo e Gávea como em sua petição diziam.

* * *

Examinemos agora os fundamentos topológicos dessa doação que fixam, de posição, e limitam de contorno, a sesmaria patrimonial da cidade de São Sebastião do "rio de janeiro".

Primeira — Que era a casa de pedra?

Adotada para sinal de referência, obrigatório, fixando, de posição, a légua e meia de terra, devia ser, naquela época, uma construção singular, evidente, notável por seu aspecto, quer estivesse ainda em condições de ser habitada, quer representasse apenas a ruína do que fora em outros tempos.

Para que assim procedessem, constituindo-a referência obrigatória, essencial, fundamental de uma doação importante, que se instituiu no momento, era preciso que existisse em local apropriado, que fôsse efetivamente uma construção sólida, durável, capaz de resistir à ação do tempo. Além disso, devia ser também largamente conhecida ali, de longa data, como uma dessas construções erguidas pelo homem para um fim transitório, mas que, passada a utilidade, permanece, isolada, abandonada, perdida, sob a usura do tempo, até que um dia desapareça, aos poucos, insensivelmente, ou seja removida violentamente pela mão do próprio homem, quando a necessidade o obriga a substituí-la por outra construção, satisfazendo a utilidades novas.

De tôda aquela região litorânea, a toponímia era então quase desconhecida aos povoadores. Apenas referiam-se à *carioca*; ora aplicando a denominação ao rio que aí desagava, ora querendo significar com ela a porção de continente compreendida entre os atuais morros da Viúva e da Glória.

Não seria possível fixar topologicamente a doação, sem referi-la a um ponto singular, facilmente identificável, nominalmente conhecido. Não havendo outro mais significativo, recorreram à casa de pedra, que existia, então, na carioca, próxima às faldas do atual morro da Viúva. Seria essa casa, notável, apenas por que era de pedra, quando tôdas as outras até então construídas no "rio de janeiro", não passavam de simples tujupares de madeira e ramos, palmas e sapê? Na posição excepcional que ocupava, teria um passado conhecido, através inúmeras vicissitudes?

Não há documento conhecido que defina a origem e o destino dessa casa de pedra. Ao que se presume, ela parece ter-se prestado a vários usos, sem que se possa garantir, ao certo, quais foram êles.

Seria, originariamente, a casa forte mandada construir por Martim Afonso de Souza; (35) — a torre, ou parte da torre de que fala Crespim; (36) — a briqueterie, a que se referem os franceses do tempo de Villegagnon; (37) —

(35) Diário da Navegação de Pero Lopes de Souza: "como fomos dentro (do rio de Janeiro) mandou o capitão I. fazer húa casa forte com cerca por derrador"... Hist. da Colon. Port. do Brasil, vol. III, pág. 144; Eugênio de Castro, vol. 1.^o, pág. 185.

(36) Histoire des Martyrs...: "...les portugais erigent une tour de pierre en la rivièrre de Coligny, qu'ils nommèrent pour lors de Janvier"... Gaffarel. Histoire du Brésil français, pág. 444.

(37) André Thevet. Cosmographie Universelle, 1575 — Jean de Lery.

a casa com artilharia que existia na enseada da carioca, a que alude Mem de Sá, na sua informação a d. João III, sobre os franceses do "rio de janeiro"?... (38)

Não há por onde se possa identificá-la com qualquer das indicações apontadas. Entretanto, não parece inteiramente destituída de fundamento a suposição de que haja qualquer correlação entre ela e as instalações primitivas aqui aludidas.

A casa de pedra existiu no local designado, e os vestígios dela perduraram ali por muito tempo, cerca de dois séculos, tal a solidez com que fôra construída.

Sabe-se, entretanto, que em 1565 Estácio de Sá concedeu-a a Pedro Martins Namorado, e outro, para que nela pudessem morar (39). De fato, segundo o testemunho da medição de 1667, foi ela habitada durante algum tempo por esse juiz ordinário, primeiro que houve na cidade.

Mais tarde, ao que parece, ocupou-a também, em 1610, o sapateiro Sebastião Gonçalves, que conseguira, por arrendamento de nove anos, a casa e a terra da câmara próximas da carioca (40).

Entretanto, a violência do mar naquele recanto abateu, em sucessivas ressacas junto à praia, as benfeitorias do arrendatário; e a erosão que a impetuosidade das ondas cavava no local atingia a casa de pedra. Em 1620, Sebastião Gonçalves desistia do arrendamento, solicitando outras terras mais para dentro da Carioca, o que obteve por carta de aforamento de 1 de fevereiro de 1620. É possível que a casa de pedra permanecesse em ruínas por muito tempo (42), pois que, por ocasião da primeira medição, houve-se de reconhecer a exata posição dela a fim de dar início à demarcação.

Já tivemos oportunidade de dizer que o reconhecimento do local realizou-se a 25 de maio de 1667, em presença do ouvidor geral e da câmara reunida. Serviam de peritos dois antigos moradores da localidade onde ela existia (43) e que então chamava-se "Sapocaitoba" (44), junto à praia do Sapateiro e no extremo dela (45).

Voyage au Brésil, 1556-1558. Edição Charly Clerc: "...Nous nous accommodâmes sur le rivage de la mer, à coté gauche en entrant dans cette rivière de Ganabara, au lieu dit par les français la Briqueterie"... , pág. 131.

(38) Carta de Mem de Sá de 1 de junho de 1558, transmitindo ao rei a informação colhida no Espírito Santo sobre os franceses do Rio de Janeiro: "Na enseada da Carioca que está da lagea para dentro hum tiro de berço onde desembarcção junto de uma agua está uma casa com artilharia e dizem ser fortaleza". Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., 1.^o vol., pág. 397, nota II, de Rodolpho Garcia.

(39) Livro 1.^o. Registro das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, 1565-1566, copiado por monsenhor Pizarro. R. I. H. Tomo 63, pág. 95. "Pedro Martins Namorado e hum outro, a casa da banda da Ribeira da Carioca, em 5 de novembro de 1565."

(40) Inocencio da Rocha Maciel. Tombamento das Terras da Ilustríssima Camara Municipal do Rio de Janeiro. Relatório, 1872. Documento (E). Carta de aforamento por tempo de 9 anos a Sebastião Gonçalves, na Praia da Carioca, 1610: "...um pedaço de terras que estava detraz do morro de Leripe entre o mesmo morro e a casta do mar e a ribeira da Carioca que vem dar no mesmo Leripe e a casa que elle supplicante já alli tinha..."

(41) Obra citada, 2.^o documento (F): "...e aqui noto que este Sebastião Gonçalves teve nesta praia uma casa de pedra que o mar demoliu, nos alicerces da qual se fêz o ponto de partida da medição da Sesmaria da Camara..."

(43) João Dormundo ou Durmond, com 78 anos de idade; capitão Hierônimo de Souza Brito, de 70 anos de idade. Códice 310 e 642.

(44) Códices 310 e 642. Termo de juramento, "que quer dizer o lugar onde se bradava, e hoje ainda se brada para os que estão na Fortaleza de São João, aonde antigamente era a cidade, quando se povoou esta terra..."

(45) Atual do Flamengo. Chamou-se sucessivamente: Praia da Carioca; da aguada dos marinheiros; do Leripe; do Sapateiro Sebastião Gonçalves; do Sapateiro, e, finalmente, do Flamengo.

Aí, foram reconhecidos os alicerces da antiga casa de pedra (46) e colocado o marco inicial para começo da medição (47).

Como os trabalhos de demarcação de 1667 tiveram um fim desastroso e violento, já minuciosamente narrado neste ensaio, é possível que a lembrança da casa de pedra tivesse desaparecido da memória dos homens. Contudo, em 1753, quando se procedeu à segunda medição, quase totalmente levada a termo, foi restabelecido, de novo, o ponto obrigado, de referência inicial, para a demarcação da sesmaria da cidade. Renovaram-se, então as cerimônias de reconhecimento oficial da casa de pedra. Para isso, recorreram a dois peritos, grandes conhecedores do local, e de respeitabilidade comprovada naquela época (48).

A 16 de outubro de 1753 fizeram-se indagações e pesquisas (49). Conseguiram localizar a posição das fundações, junto às quais, na presença do ouvidor geral, da câmara e demais pessoas que assistiam à diligência, foi encontrado o primeiro marco da medição de 1667 (50). Escavou-se em torno, a fim de estabelecer a identidade daqueles alicerces soterrados. Estava, ali, o embasamento da casa de pedra. Perduravam assim os remanescentes dela até àquela época. Foi, então, colocado novo marco, ao lado do antigo, iniciando-se daí a segunda medição, que terminou por acôrdo com os jesuítas, e foi julgada por sentença.

Possivelmente, em documentos posteriores à segunda medição, houve talvez, referências à casa de pedra; principalmente naqueles diplomas que dizem respeito a arrendamentos, aforamentos, concessões de terras, quando se fez a parcelação territorial da região contígua à Carioca ou à Sapocaitoba. Não são, porém, conhecidos esses documentos.

Todavia, como se viu, a casa de pedra já não existia, prôpriamente como casa, desde muito tempo. Pelo menos o que remanesceu dela, em 1667, eram

(46) Códices 310 e 642. Rev. do Arq. do Dist. Federal. Haddock Lôbo. Tombo das Terras Municipais. Tomo 1.^o, pág. 89: "...por êle nos foi mostrado junto da Praia, e agua salgada da dita Bahia, um monte de pedras, e uns alicerces, que bem mostravam haver sido casa de pedra, o qual disse que tudo fôra para uma casa muito antiga feita no descobrimento desta terra, segundo elle tinha ouvido, na qual ouviu outrosim dizer, morava nella Pedro Martins Namorado, que ainda no tempo, que nesta terra habitavam alguns gentios, morava nella, na qual casa sempre ouviu dizer fôra o que tem declarado..." — "...e logo pelo Ouvidor geral foi mandado abrir ao redor das ditas ruínas, para se descobrirem e viram claramente haver ali sido casa, o que eu Escrivão dou por fé haver ali ainda resquícios de alicerces..."

(47) Pouco depois embargada pelos Jesuítas.

(48) Frei João do Rosário, religioso do Mosteiro de São Bento e João da Cruz. "Eram pessoas antigas, com experiencia do paiz, e as que melhor podiam informar de algumas circunstâncias que fôsem necessárias à medição."

(49) Códices 310 e 642. Rev. do Arq. do Dist. Federal. Haddock Lôbo. Tombo das Terras Municipais. Tomo 1.^o, pág. 107. Termo de juramento... "declararam que naquela praia, chamada do Sapateiro sempre viram que desagava o rio carioca hoje chamado do Cattete, e que sempre ouviram dizer a pessoas antigas que o dito rio naquella praia sempre tivera sua sahida no mar, e que quanto á casa da pedra também ouviram dizer a pessoas antigas, que era uma que se achava no fim daquella mesma praia..."

(50) Códices 310 e 642, citados. Rev. do Arq. do Dist. Federal. Haddock Lôbo, obra citada, pág. 108. "...e o ouvidor geral foi ao fim da praia referida e procurando-se vestígios da dita casa de pedra, no fim da praia referida se achou sobre a terra á beira da dita praia um marco de pedra com umas letras lavradas ao picão que dizem — Rei — E logo pelo dito Doutor ouvidor foi mandado abrir ao redor do lugar, onde se achou o dito marco, para ver se se descubria alguns vestígios de casa, e com effeito se achavam varias pedras unidas como em alicerce, por onde se veio no conhecimento de haver ali em tempo antigo casa, e ser a que se averiguou na medição antiga, ser a casa de pedra de que trata o Foral..."

apenas os alicerces profundos, protegidos da ação do tempo, porque jaziam soterrados. Deviam ter sido sólidamente construídos para resistirem assim à ação das águas e à violência do mar, pois que fôra erguida junto à praia, e sujeita, portanto, à impetuosidade das ressacas.

Quer tivesse ou não o aspecto de casa forte, de tórre, ou de fortaleza, resistiu, entretanto, nos seus fundamentos, a tôda espécie de destruição até 1753.

Restarão ainda vestígios da mais antiga casa de pedra construída no "rio de janeiro" em meados do século XVI?

Não será possível responder afirmativamente a essa indagação; mas, se existirem, devem estar, certamente, soterrados, a profundidade de mais de três metros do nível atual de terreno (51), onde antigamente era a praia da carioca, junto à antiga base do atual morro da Viúva. (52)

Qual deva ser, próximamente, a posição desses vestígios, em relação à topografia atual da localidade?

Recorrendo às operações de campo efetuadas à bússola pelos pilotos, em 1753, será possível, talvez, conseguir a reposição aproximada do ponto obrigado da casa de pedra, a que eles se referiram.

Para isso, torna-se necessário utilizar o serviço que eles executaram, segundo o rumo noroeste, que foi então adotado como base da medição (53); levando em conta a declinação magnética correspondente àquela época (54); e convertendo em metros e submúltiplos, as distâncias medidas em braças craveiras (55) do antigo sistema de pesos e medidas.

Fazendo a representação gráfica desses elementos na escala de 1 por 15.000, que é a da planta topográfica da cidade (56), obtém-se a reprodução de todos os acidentes de terreno, percorridos pelos pilotos naquela época, com a determinação dos pontos obrigados correspondentes à atual topografia da cidade, ao longo do rumo seguido em 1753.

Tanto quanto é possível comparar, por superposição, os dois levantamentos, desenhados na direção indicada e na mesma escala, fazendo coincidir o maior número possível de pontos obrigados correspondentes, pode-se admitir,

(51) Basta recordar que a casa de pedra existia a beira-mar em 1565. Suas fundações deviam, portanto, ser profundas e abaixo do nível médio do mar. Admitindo como de variação insensível, esse nível médio, entre os séculos XVI e XX — apesar da hipótese geológica que atribui à costa oriental americana uma ascensão gradual e secular sobre o mar, ao passo que a costa ocidental submerge — o terreno atual está a tres metros e cinquenta centímetros acima desse nível médio. Assim, entre três e quatro metros abaixo da superfície atual do terreno, devem ser encontrados esses vestígios, se acaso ainda existirem.

(52) Sabe-se que essa base está hoje muito afastada do local antigo, em consequência da extração da pedra do morro.

(53) Como já anteriormente foi comentado aqui, a medição adotou o rumo noroeste para testada da Sesmaria.

(54) A declinação magnética para 1751 deve ser 9° 22' NE. As primeiras observações da declinação magnética no Rio de Janeiro foram feitas pelos jesuítas. Revista de Engenharia, n. 7, 10 de novembro de 1879. — A declinação da agulha magnética no Rio de Janeiro, pelo engenheiro Luiz Augusto de Oliveira. — O Anuário do Observatório Astronômico indica a curva média representativa, por períodos de vinte anos, das observações feitas no Rio de Janeiro desde 1660. Foi adotada aqui a observação de Lacaille, indicada pelo Anuário, para os anos 1751-1752; 9° 37', o que corresponde a 9° 22' NE, pois que a agulha magnética, nessa época, nordesteava, e a parte decimal foi convertida em minutos. Em 1850, a declinação foi nula para o Rio de Janeiro; quer dizer, o meridiano magnético coincidia com o meridiano geográfico. Dêsse ano em diante até hoje, a agulha começou a noroestar.

(55) A braça craveira de duas varas, igual a dois metros e dois decímetros.

(56) Levantada, desenhada e publicada pela Prefeitura do Distrito Federal.

sem grande desvio, que o embasamento originário da sesmaria da cidade, se porventura existir ainda, deve ser encontrado nas proximidades da convergência das atuais ruas Umbelina e Januária.

Fica assim explicado, tanto quanto permitem os elementos disponíveis a esse respeito, o que se conhece da casa de pedra e da posição que ela outrora ocupou.

Segunda — a légua e meia seria medida ao longo da baía até onde se acabar.

É evidente, que o intuito desta disposição foi o de limitar a sesmaria patrimonial da cidade pela orla de terra litorânea, em contato direto com a baía Guanabara.

Geralmente, as sesmarias de terras eram concedidas por quadras, de tanto por tanto. Esse costume, ainda assim, não impediu que se caracterizasse, às vezes, o limite, por acidentes naturais irregulares, independentemente da forma regular e geométrica da quadra.

Assim succedeu com a sesmaria dos jesuítas — admitindo como legítimo o texto da doação, já transcrito; — assim decorre também do despacho de Estácio de Sá, extraído da carta de sesmaria da cidade, exarada no Livro de Tombo das Terras do Senado da Câmara (57).

De maneira que, partindo da casa de pedra, a medição da légua e meia de terra, ou sejam: quatro mil e quinhentas braças craveiras, devia seguir ao longo do mar até onde se acabassem.

Nessas condições, se a medição pudesse ter sido efetuada logo depois da doação, o percurso aproximado da demarcação teria acompanhado, a pouca distância do mar, a orla da carioca — entre os atuais morros da Viúva e da Glória; — contornando este último morro, seguiria pela reentrância entre êle e o atual morro do Castelo; — em seguida, beirando o grande brejal, atingiria São Bento — apesar da condição de ilha em que se presume, este morro, primitivamente existiu.

Aí a terra rumava repentinamente a oeste. A direção dos quatro morros, suportes do litoral assim demarcado, era de norte. Nesse ponto, por conseguinte, a terra acabava na direção da testada percorrida, embora não houvessem acabado as braças craveiras doadas com que se a devia medir.

Ora, a direção oeste, normal à de norte, insinuava o rumo do sertão, de forma que, a quadra de légua e meia começaria a ser medida daí, nesse rumo, segundo a condição estabelecida pela terceira característica, limitando a sesmaria da cidade.

Mas, como a terra acabava em São Bento, sem que acabassem as quatro mil e quinhentas braças craveiras concedidas para testada, ficaria a demarcação sem solução daí por diante, e assim mal definida a doação, se não fôra a condição que estabelecia a quarta característica, completando, com precisão e alto descortino, o limite assegurado à sesmaria do concelho.

A condição determinava que a medição da légua e meia de testada seria feita ao longo da baía até onde se acabasse e — virá saindo à costa do mar bravo e Gávea como em sua petição diziam — significando com essa disposição, que os povoadores conheciam, não só a forma do litoral com os rumos que seguia, como as distâncias aproximadas dêle; desde a casa de pedra ao longo da baía, até São Bento, de um lado; do outro, até o mar bravo e Gávea, aonde se completariam as quatro mil e quinhentas braças craveiras da testada, com a légua e meia depois, para o sertão.

Em consequência dessa disposição, a medição teria, por isso, de retroceder à casa de pedra, para, partindo daí como pião de testada (58), seguir, depois, ao longo da baía até o mar bravo. Se tal procedimento fôsse efetuado, havia de contornar o atual morro da Viúva; de acompanhar a orla da enseada de

(57) Códice 642, do Arquivo do Distrito Federal.

(58) Tal como succedeu na segunda medição de 1753, julgada por sentença do ouvidor geral dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos, na qual foi adotado esse critério.

Francisco Velho (59) — afeiçoada em compasso, segundo a expressão de Gabriel Soares (60); em seguida, beirando faldas do atual morro da Babilônia, devia prosseguir na direção do mar bravo até a ponta do atual morro do Leme, passando pela atual praia Vermelha, onde se completariam, mais ou menos, as quatro mil e quinhentas braças craveiras da doação de Estácio de Sá.

Aí, como em São Bento, a terra virava, repentinamente, para o oeste. Ter-se-ia, por conseguinte, de começar, dessa outra extremidade da testada, a medição do outro lado da quadra, em direção ao sertão e gávea, conforme determinava a doação.

Eram, dêsse modo, tão conformes com a realidade, os termos da doação; revelavam um ajustamento tão apropriado à configuração do terreno, que, se se tivesse medido e demarcado a sesmaria nas condições estabelecidas pelo capitão-mor, obedecer-se-ia, ao mesmo tempo, à irregularidade de um acidente natural, caracterizado como testada principal, sem repudiar ao costume tradicional de limitar as sesmarias por quadras.

Uma vez que os pontos principais do litoral desde o Leme, no mar bravo, até São Bento, na baía — alinhavam-se, mais ou menos, na direção Norte (61), com a circunstância especial de, em ambos os extremos, a terra orientar-se, próximo, para o oeste; ficava, assim, consagrada a fórmula habitual da quadra, segundo a qual se prescreviam as datas de sesmarias, de acôrdo com as ordenações. Acresce que, entre êsses dois extremos, o percurso irregular da linha litorânea combinava, em extensão, com o texto da doação, isto é: completavam-se ao longo dela, com a aproximação cabível em tais casos, as quatro mil e quinhentas braças craveiras da doação de Estácio de Sá.

Não se pode negar a evidência de um tão perfeito acôrdo, entre as condições naturais do terreno e as características formuladas no despacho do capitão-mor. Se fôsse possível realizar imediatamente a ocupação daquele litoral, a medição e demarcação dêle seriam, seguramente, feitas nas condições descritas nesta dedução de fatos e de propósitos.

Mas os acontecimentos não permitiram que os povoadores ocupassem, desde logo, a sesmaria doada para a cidade; muito menos ainda que as operações de campo pudessem realizar-se, para medição e demarcação dêle seriam, seguramente, feitas nas condições descritas nesta dedução de fatos e de propósitos.

Mas os acontecimentos não permitiram que os povoadores ocupassem, desde logo, a sesmaria doada para a cidade; muito menos ainda que as operações de campo pudessem realizar-se, para medição e demarcação da terra doada ao concelho. De um lado, por causa do estado permanente de guerra mantido entre portugueses, tamoios e franceses, sem embargo da trégua em que, às vêzes, persistiam, mas que obrigava sempre os povoadores a manterem-se cautelosos na defesa do reduto da "cara de cão", de outra parte, por não haver ainda organização de justiça (62) que julgasse da legitimidade dos atos da medição, procedendo ao registro dêles, e das cerimônias legais a realizar nesse sentido.

Daí a impossibilidade de transferir a sede da povoação para a carioca, ou para qualquer outro lugar apropriado do continente. Continuou, portanto, a formar-se, embrionariamente, a cidade, no próprio recinto da cerca de "cara de cão".

(59) Praia de Botafogo.

(60) Gabriel Soares de Souza — Tratado Descritivo do Brasil. 1587. Edição Varnhagen. 1897. Pág. 73.

(61) Talvez a Noroeste, ou Norte quarta de Noroeste, em relação ao Norte verdadeiro.

(62) Braz Fragoso, ouvidor geral, permanecia em São Vicente. Não se sabe ao certo quando veio ao Rio de Janeiro com os navios que se encarregara de reparar. Pedro Martins Namorado, ao que parece, só foi nomeado juiz ordinário, mais tarde.

Infelizmente tudo quanto se sabe, ao certo, da atividade dos povoadores durante o resto do ano de 1565, e do subsequente de 1566, é por demais deficiente para que se possa explicar, justificando-a, a demora na conquista definitiva do solo do "rio de janeiro". Entretanto, o capitão-mor prosseguia, sempre, sem desânimo, no seu labor guerreiro, mas a falta de recursos em homens, em mantimentos, em apetrechos de guerra, retardava sensivelmente o momento decisivo da vitória.

Nesse ínterim, a organização da cidade parecia resultar das próprias necessidades inerentes àquele agrupamento humano. As magistraturas foram surgindo, à proporção que, naquela sociedade rudimentar, se iam manifestando: a carência de repressão às impulsões individuais desordenadas, e a ausência de limitação às atividades destruidoras da coesão do próprio agrupamento. Sem que se possa fixar, ao certo, o momento de sua aparição, elas foram-se, espontaneamente, constituindo como uma necessidade de equilíbrio das forças interiores que agiam no grupo social (63).

Presume-se que Pedro Martins Namorado era juiz ordinário; João Prosse, procurador do concelho; Antônio Martins, meirinho. Pedro da Costa, seria tabelião do público e judicial. Não há, entretanto, documentos que conservem memória da investidura dessas autoridades nos cargos correspondentes, senão por simples alusões a elas, ou meras referências categóricas.

O diploma mais antigo dessa época, conservado por traslado, é o que provê o cargo de alcaide-mor da cidade, na conformidade das ordenações, a Francisco Dias Pinto (64). É de 18 de setembro de 1565 assinado na cidade do Salvador pelo governador geral Mem de Sá (65). Em seguida vem o da nomeação de Pedro da Costa para escrivão de Sesmarias e tabelião de notas, renunciando o cargo anterior, a 20 de setembro de 1565. Finalmente, a 2 de dezembro de 1565, era nomeado Miguel Ferrão para servir de tabelião do público e do judicial. Mas, o exercício dessas autoridades no grupo social que se constituía como organização urbana, só se manifestou, como veremos, quase um ano depois.

* * *

Não se conhece, seguramente, tudo quanto ocorreu de mais importante no "rio de janeiro" no decurso dos anos de 1565-66.

Anchieta — que foi quem melhor assinalou os sucessos dessa época refere, numa informação, que Estácio de Sá:

".....sustentou a povoação e guerra continua com os Tamoyos que de todas as partes se ajuntavam a lh'a dar, padecendo grandíssima fome por falta de mantimentos até todo o anno de 1566..." (66)

É um resumo muito sucinto das condições do momento. Verdade é que muitos dos escritos do venerável missionário desapareceram, ou conservam ainda um destino ignorado (67).

(63) René Maunier — Essais sur les Groupements sociaux.

(64) Capitão-mor de Pôrto Seguro. Cavaleiro fidalgo da casa d'El Rey. Ajudou Estácio de Sá a povoar e edificar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Vide: Ordens e Provisões Reays. Códice n. 1. Publicação da Diretoria Municipal de Estatística e Arquivo. Livro Primeiro, pag. 20.

(65) O original foi, talvez, destruído no incêndio do Arquivo do Senado da Câmara, em 1790. O traslado de 1750 desapareceu do livro com as seis primeiras folhas, constando apenas do índice. Códice n. 1. Arquivo do Distrito Federal.

(66) Capistrano de Abreu. Materiais e Achêgas para a História do Brasil, 1886. N. 1, pag. 7. "Informações e Fragmentos Históricos" do padre José de Anchieta. 1584.

(67) Capistrano de Abreu. Prolegômenos ao livro III da História do Brasil de Frei Vicente do Salvador, pag. 136.

A informação entretanto parece traduzir, com efeito, a sùmula dos acontecimentos mais temerosos que atormentaram o espirito dos povoadores na quella época.

Durante esse tempo, a atividade militar decorreu entre tréguas e algumas refregas. A atividade civil, quando possível, continuou a esboçar, no arraial, um comêço muito imperfeito de organização urbana, que não se pode definir exatamente, à falta de elementos completos que caracterizem sua formação. A existência jurídica era precária, não só porque faltavam magistrados que proovessem às coisas da justiça, como porque a vida civil estava na dependência da ação militar que devia, por seus feitos guerreiros, garantir definitivamente a estabilidade social daquele agrupamento humano no solo do "rio de janeiro". De fato, tóda a autoridade, militar, civil ou judicial, estava como concentrada na pessoa do capitão-mor. Tudo subordinava-se portanto, ao império das circunstâncias do momento, dependendo da eficácia dos feitos guerreiros contra o inimigo, a constituição definitiva da cidade.

Mas, não parece ter resultado da atividade militar naquele ano, nem no seguinte, qualquer modificação essencial à situação precária em que se mantinham os povoadores.

O padre Simão de Vasconcelos relata na sua crônica — aliás inspirada, embora muito desordenadamente, em narrativas conhecidas e desconhecidas de Anchieta:

"que a 15 de Outubro de 1565 sete canoas que haviam sahido do arraial em busca de prêza, viram-se inopinadamente assaltadas por sessenta e quatro canoas tamoias. Perigando a situação, e percebido o ataque na fortaleza, partiram em defesa das embarcações assaltadas outras sete canoas portuguezas. Foi renhido o combate, mas os povoadores conseguiram dominar o inimigo, aprisionando quatro canoas indígenas, destroçando e pondo em fuga as demais" (68).

Em seguida — narra ainda o cronista:

"Estacio de Sá resolveu, certo dia, atacar uma aldeia tamoia. Ao partir com um grupo de companheiros destemidos, soube que em outro aldeamento, mais afastado e mais importante, juntavam-se os índios para realizarem uma cerimonia religiosa. Deu sobre eles, combatendo-os e incendiando a aldeia. Aí feriu-se gravemente o colono Antonio da Lagea, por querer salvar uma mestiza de S. Vicente, que estava cativa dos tamoios. Levado para o arraial, nêle faleceu dos ferimentos que recebera. Os índios foram destroçados, caindo muitos deles prisioneiros dos povoadores (69).

Ora, segundo as narrativas conhecidas, os portuguezes saíam sempre vitoriosos nesses encontros com o gentio numeroso do "rio de janeiro". Suas perdas eram também muito reduzidas. Entretanto, uma circunstância significativa parece, a todo instante, contrariar a exatidão desses comentários: é que, apesar dessas vitórias, os povoadores não conseguiram ocupar o litoral da carioca, nem qualquer outro ponto do continente, onde o tamoio dominava. Nunca puderam, assim, transferir para lugar mais apropriado, a povoação instituída na fortaleza da "cara de cão". Ao contrário, terminados os combates, recolhiam-se ao arraial fortificado, premunindo-se contra qualquer surpresa do inimigo. Receiavam, talvez, não se poderem manter ainda, com segurança, no continente.

(68) Simão de Vasconcelos. Crônica da Companhia de Jesus, Edição Fernandes Pinheiro. 1864. Livro III, § 84, pág. 211.

(69) Simão de Vasconcelos. Ob. cit., livro III, § 85, pág. 211.

Naturalmente, a escassez de mantimento, a necessidade, às vêzes, de se proverem de água, ou de qualquer outro produto da terra, estimulariam, certamente, as pequenas expedições passageiras ao continente, principalmente à carioca. Os índios amigos (70) tinham os encargos da pesca, da caça, da lavoura, em qualquer parte aonde pudessem obter esses elementos indispensáveis à subsistência. Iam até fora da barra, percorrendo praias e remansos, alcançando as ilhas distantes, de margens piscosas e abundantes de leriças (71); mas, conseguido o objetivo dessas excursões, voltavam todos ao recinto fortificado da "cara de cão", onde se julgavam seguros, fortes, dominadores.

Por tóda aquela vasta região do "rio de janeiro", onde lutavam, de morte, interesses contrários esforçando-se por manter a ocupação do solo; onde o alcance das armas ofensivas era insignificante, de parte a parte, para a extensão daquele cenário grandioso; onde os meios de transporte, limitados e lentos, não conseguiam evitar que os inimigos se fortificassem, à distância, mas ao alcance da vista uns dos outros; onde os acidentes naturais do terreno criavam óbices aos assaltos, ou favoreciam recursos de defesa; — era natural que as fações contrárias se locomovessem fora do alcance das armas inimigas, mantendo seus postos de observação dos movimentos adversários, procurando, por todos os meios disponíveis, enfraquecer, aos poucos, a capacidade agressiva do inimigo.

Os tamoios, auxiliados pelos franceses, disseminavam-se pelas raras aldeias que ainda resistiam, ocultas na espessura da floresta, na parte sul da guanabara (72), servindo-se de atalhos ínvios, só dêles conhecidos, que as comunicavam entre si, mantendo a ligação entre o interior da baía e o mar bravo.

Atocaiavam-se às vêzes, ao longo dêsse percurso, quando percebiam que o colonizador se aproximava do continente, desembarcava na praia, ou procurava embrenhar-se pela terra dentro. Acometiam-no, então, quando podiam; quando não, expediam-lhe setas velozes, emplumadas, que refluam no ar como pássaros fúgitivos, caindo de prumo como um aviso de guerra. Os povoadores punham-se alerta para a defesa, ou recuavam até à praia, junto das suas canoas, prevendo o ataque inesperado. Se êle não vinha, a prudência aconselhava-os a volta ao arraial; se, porém, as pequenas forças contrárias se enfrentavam, havia sempre luta acirrada de que resultava o sacrificio de algumas vidas, sem nenhum resultado eficaz para o fim almejado. Os portuguezes tornavam então ao arraial da "cara de cão", abandonando o continente.

Desde que começara a luta no "rio de janeiro", êsses episódios repetiam-se freqüentemente. Contudo, a grande massa de população indígena recolhera-se ao interior da guanabara, onde podia manter o contato com o resto da nação tamoia, através dos inúmeros aldeamentos espalhados pela terra dentro; ao sul, para Iperoi; ao norte, para Cabo-Frio.

Mas, no recôncavo da guanabara permaneciam alguns redutos indígenas, ora fortificados e ocupados, ora abandonados e reocupados quando as circunstâncias favoreciam os nativos. Assim, na parte fragosa do atual morro da Glória, existia, ao que parece, de longa data, sobranceira ao mar, uma antiga e sólida tranqueira que, provávelmente, nunca fôra completamente abando-

(70) Na sua maior parte Temiminós do Espirito Santo.

(71) Lugares de ostras.

(72) Jean de Lery descreveu no seu livro *Voyage au Brésil*, 1566-1568 — as aldeias que êle freqüentou no recôncavo da "Guanabara", citando-as por seus nomes indígenas. Na sua maior parte, não me parece possível localizá-las, com exatidão, segundo as indicações muito sumárias que êle deu a respeito da sua posição. Entretanto, Melo Moraes, na sua Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil, 1879, à pág. 67, refere que organizou uma planta da posição relativa dessas aldeias, segundo as indicações de Lery, mencionando, por seus nomes, as que existiam naquela época. Evidentemente muitas das que êle transcreve, se é exato que existiram, teriam quase de todo desaparecido na parte sul da baía em 1566-1566.

nada (73). Mais longe, na ilha de Pernapuan, ou Parnapocu, ou do Gato (74), havia outro reduto mais forte, mais importante, defendido por mais numerosa população guerreira. Ainda mais distante, em local não designado por documentos conhecidos, havia outro reduto tamoio, com três fortíssimas cârcas, muitos baluartes e casas fortes, onde se abrigavam os franceses com inúmeros combatentes indígenas e abundantes recursos de guerra.

A tudo isso havia de contrapor-se a pequena fortaleza da "cara de cão", com reduzido número de guerreiros portugueses e seus índios. Estavam, entretanto, decididos a povoar aquela terra em nome do rei, defendendo-se tenazmente do tamoio e do francês quando por eles assaltados, ou atacando-os, às vezes nos seus próprios redutos, quando os acontecimentos o exigiam, a fim de apossar-se definitivamente do solo do "rio de janeiro".

Não há notícia certa de como esses acontecimentos se foram sucedendo no tempo e no espaço. Se acontecer algum dia que o acaso ou a pesquisa intencional venham a revelar a existência de novos e preciosos documentos sobre a fundação da nossa cidade, ao tempo em que o capitão-mor procurava instituí-la através de inúmeras dificuldades e perigos, é possível que se chegue então a compreender o fundamento e as ligações de alguns episódios isolados, cuja explicação ainda paira num ambiente de conjeturas e de incertezas. Enquanto não fôr possível preencher certas lacunas subsistentes, não haverá outro recurso para interpretar convenientemente a situação, senão o de evocar o momento, examinando atentamente os documentos esparsos conhecidos, procurando combiná-los logicamente, de maneira que a imagem resultante dessa combinação não se afaste do critério histórico que deve presidir a essa espécie de reconstrução abreviada do passado.

Os portugueses, melhor providos de apetrechos de guerra, tinham contra si a falta de gente e de recursos de alimentação, sentindo às vezes grandes dificuldades de se proverem do necessário para viver.

Tamoios e franceses não dispunham de armas ofensivas comparáveis às dos povoadores, mas superavam a estes, na abundância de população guerreira, e nos meios inesgotáveis de alimentação com que a terra dádiosa por todos os lados os favorecia.

A guanabara era como um funil, cujo escoamento se fazia apenas pela barra. Penetrar nela sem possibilidades depois de alcançar-lhe a entrada, como salvação única à repulsão dos nativos irritados, era como cavar a própria ruína. Daí, a situação excepcional do arraial português da "cara de cão". Quando as dificuldades surgiam no interior, havia o recurso do mar largo, por onde se poderia entrar em contato com São Vicente ou com o Espírito Santo.

Quantas vezes isso aconteceu?... Quais foram, durante esse tempo, as comunicações ou os auxílios recebidos desses dois centros da população colonial? Quase nada se sabe a esse respeito.

Durante o ano de 1565 não se modificou, portanto, a situação aos povoadores. Salvo pequenas escaramuças isoladas, sem importância decisiva, os mais sérios encontros entre as hostes inimigas foram os já assinalados. Mas, no intervalo das lutas, não arrefeceu no arraial o deliberado propósito de preparar o terreno para a posse definitiva do "rio de janeiro".

* * *

Estácio de Sá continuou, assim, a distribuir a terra, por sesmarias, em todo o recôncavo da guanabara, aos situadores que a pediam por petição, como se fôra possível a esses donatários, naquele momento, ocupar as quadras doadas pelo capitão-mor.

(73) André Thevet. La Cosmographie Universelle. 1575, 2.º vol. pág. 908. Esbôço perspectivo da baía guanabara em 1555. Aí o autor indica, no local apontado, a tranqueira aludida, que parece ter sido a mesma que, depois, foi tomada por Mem de Sá em 1567.

(74) Atual do Governador.

Essa atitude confiante nos destinos daquela gente e daquela terra correu, por isso, para a formação de um documento coevo, muito valioso e elucidativo, e que, bem examinado e interpretado, derrama um pouco de luz sobre os acontecimentos desse passado longínquo; o registro das dadas de sesmarias no "rio de janeiro", iniciado em setembro de 1565.

Não sei se existirá ainda o original do século XVI. Deve-se a monsenhor Pizarro a ventura de conhecer-se, por transcrição, o texto desse códice e o dos que se formaram depois, até o ano de 1796, com exclusão apenas de alguns anos cujos registros, ou não existiram, ou desapareceram de todo (75).

Investigando, com atenção, os assentamentos do apógrafo do infatigável prelado, comparando suas indicações com os textos de outros diplomas conhecidos; procurando coordenar as anotações que ele insere, relativas a datas, a nomes, a lugares, confrontando-as com as referências exaradas em outros documentos da época, chega-se a conclusões interessantes que ilustram, com vantagem, os derradeiros acontecimentos desse ano.

A partir de julho de 1565, mediante apresentação de requerimento solicitando terras de sesmarias no "rio de janeiro", o capitão-mor concedia-as por despacho lavrado na própria petição. Esse requerimento, com o respectivo despacho, ficava constituindo, assim, o diploma original da doação, completado depois com a lavratura da carta de sesmaria.

Nessas condições foram feitas várias doações. Quantas?... não se sabe ao certo. Dêsse período, anterior ao códice acima citado, chegaram até nós: a dos jesuítas, as de Pedro Rodrigues, a da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Como não houvesse ainda escrivão de sesmarias, as doações não podiam ser registradas, nem expedidas as respectivas cartas aos seus donatários, o que era, aliás, reconhecido no próprio despacho do Capitão-mor, acompanhado do indispensável remate: "... e passem-lhe a carta havendo escrivão".

Mas, logo depois dos primeiros dias de setembro de 1565, começam a aparecer os registros das dadas de terras, com os nomes dos respectivos donatários, as extensões doadas, e as referências de localização das quadras, através de uma nomenclatura litorânea pitoresca e semi-bárbara.

Quem teria iniciado esse registro sob a forma de anotações regulares das sesmarias doadas?... — provavelmente o tabelião público e do judicial Pedro da Costa.

De fato, Pedro da Costa parecia não estar satisfeito com o encargo público que tinha e que muito poucos proventos lhe dava na nova povoação. Pedira ao Governador geral desistência dêle, em troca de outro que lhe pudesse ser mais rendoso. Os seus serviços no "rio de janeiro" na paz como na guerra, tornavam-no credor dessa regalia. Daí sua nomeação para escrivão de sesmarias e tabelião de notas, com os prós e percalços que o novo cargo pudesse dispensar-lhe. Com efeito, naquele momento, nenhuma investidura pública seria mais remuneradora do que essa. Tratava-se de dar forma legal às inúmeras doações de terras que se distribuiriam por todo o recôncavo da guanabara, procedendo-se à inscrição no registro e à lavratura das respectivas cartas de sesmaria.

Mas, a nomeação para a nova função pública só veio a ser assinada por Mem de Sá, na cidade do Salvador, a 20 de setembro de 1565 (76). Sua posse, em virtude desse ato, ter-se-ia, por conseguinte, realizado muito mais tarde. Como explicar, portanto, a antecedência dos lançamentos existentes no códice aludido?

(75) Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída por monsenhor José Pizarro de Souza Azevedo e Araujo, dos livros de Sesmarias e Registros do cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796. Foi conservada a ortografia do original, conforme foi encontrada nos diversos livros de notas escriturados sucessivamente por vários tabeliães. R. I. H., vol. LXIII, parte 1.ª, pág. 93.

(76) Códice n. 1, Arquivo do Distrito Federal, pág. 7 v., publicação da Diretoria Municipal da Estatística e Arquivo. Liv. I, pág. 5.

A inteligência do caso decorre, entretanto, do próprio exame da carta de sesmaria de Pedro Rodrigues, lavrada a 6 de setembro de 1565, cujo registro é da mesma data. Da fórmula tabeliôa final, aí exarada, verifica-se que, nessa data, Pedro da Costa já havia sido provido no cargo de escrivão de sesmaria da cidade de S. Sebastião, por ato de Estácio de Sá, muito antes de chegar da Bahia o título definitivo que o havia de investir efetivamente nessa função (77).

Daí o início do registro das sesmarias do "rio de janeiro", a partir dos primeiros dias de setembro desse ano.

Pois bem, naquela situação de instabilidade para a nova povoação, o capitão-mor concedeu, durante o ano de 1565, a pedido dos povoadores, trinta e três sesmarias de terras beirando o recôncavo da guanabara, e a casa de pedra da carioca. Dessas doações, figuram inscritas no registro, trinta e três. É de supor que tenham sido lavradas as cartas de sesmaria correspondentes, nas mesmas datas em que figuram no registro, consoante se apura da coincidência de datas, na inscrição e na carta, das que chegaram até nós.

Não consta, porém, do códice, o registro da sesmaria concedida para patrimônio do concelho e rocio da cidade. Porque?... não há como averiguar devidamente a causa desse lapso.

Pode-se admitir, entretanto, que a razão provável dessa falta se estribem na ausência de um concelho perfeito (78).

A povoação não tinha ainda existência definida, o agrupamento social não adquirira até então a forma característica do município, não havia, além disso, organização propriamente urbana, condições essas já apropriadas às fórmulas da época, mas resultantes, na sua essência, de uma evolução social que se opera num ambiente sedentário, estável, por conseguinte pacífico.

O período da conquista, apesar do seu caráter de fixação à península da "cara de cão", ainda conservava, com a instabilidade do agrupamento, um aspecto de existência nômade. Uma pressão mais forte do aborígene e do seu consócio gaulês, que alquebrasse no arraial português o espírito combativo, a alma inata do colonizador... e tudo estaria, de novo, a refazer-se, desvanecidos aquêles atos, invalidadas as fórmulas que os garantiam. Em verdade, a hipótese não ocorreu um instante sequer; mas, também, as circunstâncias não permitiram a ocupação definitiva do continente.

Releva notar ainda que, naquele momento, o sentimento de apropriação particular de bens imóveis exercia um atrativo poderoso sobre os indivíduos. Todos aquêles que pediam a terra, de sesmaria, procuravam registrá-la imediatamente a fim de recolherem mais tarde os benefícios da propriedade, com o título legal de garantia dela, que era a carta de sesmaria.

Quem iria cogitar, portanto, de garantir um patrimônio territorial à cidade que se estava formando?... Que interesse individual se prestaria a isso, sem uma investidura apropriada a representar a coletividade?...

A sesmaria patrimonial já estava doada, sua posse fôra realizada com abundância de cerimonial, o destino de todos aquêles esforços gerais, desde os do capitão-mor aos do mais humilde indígena amigo, era, por assim dizer, a verdadeira razão de ser da existência da cidade. Povoação, vila ou cidade, havia de resultar do esforço coletivo, tinha de obedecer à contingência de existir por todos, para todos e independente de todos. Quando começasse a desabrochar o sentimento coletivo da sua existência real, independentemente

(77) Códice n. 1. Arquivo do Distrito Federal, págs. 14 v. e 15. Publicação da Diretoria Municipal de Estatística e Arquivo, pág. 12. "... e por verdade, eu Pedro da Costa Tabelião publico, e do judicial por El Rey nosso Senhor Escrivão das Sesmarias desta Cidade de São Sebastião e seus termos, por provisão do dito Senhor Capitão mór, o escrevi aonde fica assignado pelo dito Senhor Capitão-mór, em meu livro de notas, donde este instrumento tirei... etc."

(78) "Concelho" na acepção de agrupamento de indivíduos investidos de função administrativa urbana; "perfeito" significando investidura capaz de representar a cidade como personalidade jurídica.

das vontades individuais, como consequência natural, espontânea, da forma gregária peculiar à associação humana, a conjunção destes dois elementos: um território próprio e uma população definitivamente fixada a êle, determinaria, *a posteriori*, a evolução social da nova unidade cívica, ou propriamente urbana. Cívica, na acepção de organização social; urbana, querendo significar a adaptação do solo às necessidades decorrentes da sua população (79).

Não carecia, portanto, de defesa legal. Ela se defenderia por si mesma, porque sua existência se perpetuaria através de sucessivas existências individuais, efêmeras, que, a cada momento da evolução social, constituem gerações do presente, fruindo os esforços acumulados das do passado, e forjando, consciente ou inconscientemente, o destino das do futuro.

Considerada, porém, como instituição resultante da própria atividade social, a cidade teria de reger-se por uma organização condutora dos seus próprios destinos. Por mais rudimentar que fôsse a formação de um organismo novo dessa espécie, teria de agir segundo o interesse geral da coletividade, sem eiva de egoísmo próprio ao interesse individual. Mas a noção do interesse geral é quase sempre muito vaga e imprecisa, para conseguir sobrepujar os impulsos particulares!... Seja como fôr, o fato de não se ter efetuado o registro da sesmaria patrimonial da cidade em 1565, parece uma prova evidente de que o organismo diretor dos seus destinos ainda não existia, apesar de já existir uma forma embrionária de cidade.

* * *

No entanto, a Companhia de Jesus que era uma forma particular de associação humana, com um fim especial de caráter religioso, apressou-se em inscrever a sesmaria que lhe fôra concedida, a requerimento de um dos seus membros: o padre Gonçalo de Oliveira. Primeira doada no "rio de janeiro" em 1565, sua inscrição foi, entretanto, a última desse mesmo ano no livro do registro.

Assinala o lançamento do apógrafo: "Os padres da Companhia de Jesus — terras de uma água que podera estar desta cidade légua e meia a qual se chama Iguacu até uma tapera que se chama inhauma, em 21 de novembro de 1565" (80).

Isso parece indicar que a carta de sesmaria dos jesuítas devia ser da mesma data. Infelizmente, como já se tem repetido várias vezes neste ensaio, não se conhece o texto desse documento; apenas se sabe, por transcrição incompleta já reproduzida aqui, do teor da petição com que o padre Gonçalo de Oliveira a requereu ao capitão-mor, e o despacho dêste exarado nesse diploma (81).

Naturalmente, teria sido êsse sacerdote o principal interessado no registro da sesmaria doada à sua comunidade. Desde que Anchieta partira para a

(79) Segundo a origem romana. De *civis, civitas, civitatis*: o cidadão, a cidade, o direito de cidade, a cidadania; — de *uruum, urbo, urbs, urbanus*, sulco aberto pelo arado limitando a terra destinada à cidade, o território, a cidade territorial. Em latim: *civitas*, a cidade, — *urbs*, o recinto, o território da cidade. Em francês: *citê e ville*. Em português: cidade e território urbano. Vide: Plutarco, Romulus, XIII. Varron, De lingua latina, 141, 143. Fustel de Coulanges, La Cité Antique, pág. 152. Mengozzi. La città italiana n'ell alto médio evo, págs. 283, 284. Paul Meuriot. Du concept de ville autrefois et aujourd'hui. La Vie Urbaine 1-2.

(80) R. I. H., vol. LXIII, parte 1.ª, pág. 95.

(81) Talvez seja essa a causa da interpretação errônea, já aludida neste trabalho, dada às datas das sesmarias dos Jesuítas e da cidade por ocasião da medição de 1753.

Bahia, o padre Gonçalo de Oliveira permanecera sôzinho no "rio de janeiro", dizendo missas, dispensando assistência religiosa aos povoadores. Mais tarde, Nóbrega resolvera enviar-lhe um companheiro de missão jesuítica: o padre Vicente Rodrigues. Não se sabe, porém, ao certo, quando chegou êle ao arraial de "cara de cão" (82).

Mas, além dessas particularidades curiosas, o apógrafo encerra outras, dignas também de apreço.

Prestando atenção às datas das inscrições nêle efetuadas, verifica-se que elas sucedem-se, a partir de 1 de setembro, ordenadamente, a 4, 5, 6, 7, 10, até 11 dêsse mês, sendo que em algumas delas vários assentamentos foram realizados no mesmo dia. A partir de 11 de setembro desaparecem os lançamentos, aparecendo de novo, a 5 de novembro, 6 e 21 dêsse mês, que é o último existente aí, relativo ao ano de 1565, recomeçando, depois, a 2 de janeiro do ano seguinte de 1566.

Quer isso dizer que houve dois períodos, naquele resto de ano, durante os quais o registro não funcionou: de 11 de setembro a 5 de novembro; de 21 de novembro a 31 de dezembro de 1565. Seria porque não houvesse doações a registrar?... Não é crível que assim acontecesse. O que parece mais curial, é atribuir-se essa falta a motivo de guerra que absorvia tôdas as atividades dos povoadores, sem exclusão de um só, nos momentos mais críticos da conquista. Com efeito. Quanto ao primeiro, a ausência de lançamentos coincide perfeitamente com a atividade guerreira dos povoadores nos combates já narrados, transcritos de Simão de Vasconcellos, segundo notícias de Anchieta. Quanto ao segundo, é de presumir que tenha sido também utilizado com o mesmo fim, sem que chegassem até nós as narrativas dêsses feitos.

Resulta ainda do exame dêsse registro, outra informação preciosa: a da distribuição das sesmarias doadas na guanabara, ao longo da costa, e nas ilhas da baía, com suas denominações próprias e as dimensões concedidas. As dadas, nesse ano de 1565, assinalam localidades pelo recôncavo interior do "rio de janeiro", cujo conhecimento não podia deixar de ser habitual aos povoadores.

Como explicar essa circunstância imprevista, se não há notícia de que êsses homens percorressem, com freqüência, o contôrno da baía, até seus mais longínquos recantos, dos extremos norte e nordeste?... Teriam explorado o recôncavo da guanabara com os seus mamalucos e índios amigos?... Levariam consigo tamoios prisioneiros que lhes comunicassem as particularidades locais, com suas denominações indígenas?... Dessas denominações, as que tinham, principalmente, caráter geral, significando qualidades inerentes às coisas, existiriam já, aí, criadas pelos tamoios?... Teriam sido insinuadas por mamalucos ou temiminós?... Seriam já habituais aos colonizadores, como qualificações apropriadas à natureza das localidades, quando aplicavam denominações a lugares desconhecidos?...

Aí estão várias indagações a estimular a perspicácia dos pesquisadores, até que a revelação de novos documentos as venha elucidar, explicando-as.

Pelas indicações incompletas, muito imprecisas quanto à posição geográfica, exaradas no registro, afigura-se muito duvidosa a possibilidade de demarcar as quadras doadas, a menos que, nas cartas de sesmaria passadas a cada donatário, houvesse maior exatidão nas indicações de localização das terras concedidas a cada situador. Mas, coordenando essas indicações, tais como figuram no registro; comparando-as com indicações e representações topográficas de outros documentos; recorrendo às raras anotações que, nos lança-

(82) Segundo um fragmento histórico de Anchieta: "Tendo o padre Vicente Rodrigues grandíssimas e quase continuas dores de cabeça, muitos annos, sem remedio algum, lhe disse o padre Nóbrega: *Vós, irmão, não haveis de sarar sinão quando vos faltar todo o necessario e então vos cahirão os dentes.* E assim se cumpriu, porque na missão em que veio acudir ao Rio de Janeiro, no principio, onde se padeceu grandíssima fome e falta de tudo, sarou da cabeça e começou a perder os dentes sem lhe ficar senão dois ou três". Capistrano de Abreu. *Materiais e Achêgas, para a História do Brasil*, n. 1, pág. 62.

mentos, ligam umas doações às outras, poder-se-á organizar um ligeiro esbôço toponímico, que dará uma idéia do contôrno da guanabara conhecido dos povoadores nesse ano.

* * *

A costa oriental da baía era designada, às vêzes, como "banda d'além desta fortaleza" (cara de cão), ou "banda de Cabo Frio"; a parte ocidental, como "banda da carioca, ou da ribeira da carioca".

Desde o atual Leme até o atual morro de São Bento, a costa pertencia à futura cidade; de São Bento ao Iububuracica (atual Mangue) corria, como já vimos, a parte do sertão dessa sesmaria patrimonial. De tôda essa extensa região litorânea, o lugar mais conhecido era a *carioca*; em seguida, a cara de cão, a enseada ou lago (Botafogo), o Leripe (atual morro da Viúva), e o Iububuracica.

Não há por onde identificar o Iububuracica com o Iguaçu da sesmaria dos jesuitas; entretanto, parece que as duas designações se referem ao mesmo lugar.

Da foz do Iguaçu (atual Mangue onde desemboca o antigo rio Catumbi) até à tapera de Inhaúma, no rumo de noroeste, estendia-se a sesmaria do Colégio de Jesus. Ao longo dessa direção, entre os dois extremos designados, não há notícia de outra denominação conhecida naquela época (83).

Junto à tapera de Inhaúma começava outra pequena sesmaria de 700 braças. Daí até o atual rio Iguaçu não há referência alguma explícita no registro.

No rio Iguaçu (atual), Iguoaçu, Guanaçu ou Guaguaçu, houve três sesmarias, sendo que duas delas fazem referências a Pernagua, ou correndo para Pernagua. Pernagua ou Pernaguá, é alteração prosódica de Paranaguá, que quer dizer do mar, espreado nos grandes rios, bacia fluvial (84). De fato, aí formava-se o canal, entre a atual ilha do Governador e o continente, onde desembocavam os rios Meriti, Serapuí, Iguaçu, Boca Larga, Inhomemim e Mahuhá, formando a bacia fluvial da região (85). Nem tôdas essas denominações existiriam nessa época.

Entre que limites possíveis alongar-se-ia o Pernaguá?... Do Meriti ao Mahuhá havia pouco mais de duas e meia léguas de três mil braças craveiras. Foram doadas, aí, com essa denominação, compreendendo o Iguaçu, cinco sesmarias com a extensão de três mil e quatrocentas braças, ou pouco mais de uma légua. Provavelmente a denominação referia-se ao canal em todo o seu comprimento.

Do Pernaguá para o nordeste corria a costa do Piragepe (86). Depois de uma saliência montanhosa do litoral formava-se, para nordeste, uma grande reentrância em arco, onde desaguavam vários rios: Suruí, Suruí mirim, Iriri, Magepe, Guapí, Guráí ou Guaráí ou Quaráí, Macacu, e Vanxindiba ou Guaxindiba. Até onde alcançava, nesse recanto, a costa de Piragepe?... Esta

(83) A distância entre êsses dois pontos orça por uma légua de sesmaria, ou três mil braças craveiras, ou seis mil e seiscentos metros. A sesmaria dos Jesuítas é dada como tendo duas léguas de testada e outras tantas de sertão; provavelmente indicação da carta de sesmaria cujo texto é desconhecido, ou acréscimo posterior também ignorado. Vide: *Medição e Demarcação de 1753*.

(84) Segundo Theodoro Sampaio. *Ob. cit.*, págs. 282 e 286.

(85) Rocha Pitta, dá: Mereti, Saracuhi, Guaguassú, Naumerim e Magoá. *História da América Portuguesa*. 1730. Livro 2.º, § 90. Vide: *Plano Hidrográfico da Baía do Rio de Janeiro levantado pelo capitão tenente Diogo Jorge de Brito em 1810*. Copiado em maior escala e com alterações nas sondagens pelo chefe de esquadra Eleziario Antonio dos Santos. 1849. Litografia do Arquivo Militar. 1870.

(86) E não Pina Sape como está no traslado da carta de sesmaria de Pedro Rodrigues. O registro dessa sesmaria indica "Piragepe" correndo ao nordeste ao longo da baía. A dada de Diogo Prêto na Costa do Piragepe, declara: correndo de Pernaguá partindo com Braz Pereira. Daí se pode inferir que a costa de Piragepe seguia logo depois de Pernaguá.

denominação parece significar: o lugar do peixe. Ora, segundo a mais remota tradição, esse local era, de fato, um viveiro abundante deêles (87). Não há, entretanto, dados seguros que permitam estatuir entre que extremos dessa região se dilatava a costa aludida. Da foz do Suruí à do Magepe havia uma légua de distância (88), outra légua separava a foz do Magepe da do Guaxindiba. No rio de Magepe foram doadas seiscentas braças de terras. Desde o Pernaguá, pela costa de Piragepe, foram concedidas seis sesmarias, com cerca de uma légua de extensão, sem que se possa garantir que elas fossem seguidas ou separadas. Daí a impossibilidade de localizar, com exatidão, o desenvolvimento da costa de Piragepe.

Ao norte da baía foram doadas mil e quatrocentas braças de terra no Piraguanapan, e ao longo desse rio para a parte do Imbu. Qual dos atuais rios teria então esse nome?... É muito vaga a referência local para que se a possa assinalar de posição.

Da banda dalém desta fortaleza (cara de cão), ou da banda de Cabo Frio, foram doadas três sesmarias de quase duas léguas de terra. Uma, correndo a Quariú; as outras duas, a partir de uma água que se chama Quarihy até Birapitanga. Quariú e Quarihy serão a mesma localidade, ou o mesmo rio?... Não há, infelizmente, indicações bastantes que satisfaçam a dúvida. Quarihy, deve ser o Guray ou Guaray, entre o Macacu e o Guapy. Onde localizar, porém, Birapitanga?... Birapitanga, ou Ibirapitanga, quer dizer: pau vermelho, pau brasil. Na mais antiga carta da baía do “rio de janeiro”, do século XVI (89), há uma indicação preciosa a esse respeito, na costa oriental, entre o rio Suasunhão (90) e o Vanxindiba, que diz: “aqui há pau vermelho”. Provavelmente seria essa a localidade aludida na doação, com o nome de Birapitanga, tanto mais quanto demorava próxima do Quarhy ou Guaray.

No rio Curumure, ou começando do curumure, foram concedidas mil e seiscentas braças de terra. Segundo a carta aludida, o *Curumure* estanciava justamente onde se acha hoje situada a cidade de Niterói, entre a Boa Viagem e a Armação. A indicação dada no roteiro não se refere, porém, a rio, parecendo, portanto, que era denominação peculiar à região naquela época.

Em seguida vêm as doações de 600 braças na praia grande defronte da lagoa (talvez Carahi ou Icarahi), e as das ilhas de Paquatá, Aguapituba, Petiriba e do Gato, no Jequiáassu.

Em Piratinim, da banda dalém defronte desta cidade (arraial da “cara de cão”), e no caminho de Piratinim, pela enseada de Cabo Frio, foram concedidas duas sesmarias. Piratinim, segundo o roteiro quinhentista, era Piratininga, do lado de fora da barra, para Maricahaa. Refere-se, evidentemente, à praia e lagoa de Piratininga, entre o Imbuí e Itaipu (91).

Finalmente, da banda da carioca foram doadas: a casa de pedra, e três pequenas quadras de terras, posteriormente à doação feita à cidade. Mas, dessas doações, segundo se declara na própria carta de sesmaria da cidade, conforme veremos, os donatários só lograriam as primeiras novidades, para, em seguida, ficarem pertencendo à cidade tôdas essas terras (92).

(87) Frei Vicente do Salvador. História do Brasil. 1627. Narração das pescarias de fataças e corimãs no rio Magé, págs. 211-212.

(88) As léguas a que nos referimos são as chamadas de sesmaria, com três mil braças craveiras ou seis mil e seiscentos metros.

(89) História da Colon. Portuguesa do Brasil, vol. III, págs. 230, 231. R. I. H., tomo LXX, parte II, págs. 876 e 877. Códice quinhentista da Biblioteca da Ajuda. Roteiro de todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas, que há na costa do Brasil.

(90) Provavelmente o Imbuaxu ou atual Imbuassu.

(91) Vide: Carta hidrográfica da Baía de Guanabara. Esc. de 1.50.000, 1922. Ministério da Marinha. Superintendência de Navegação. Diretoria de Hidrografia.

(92) Códices 310 e 642. Arquivo do Distrito Federal. Revista do Arquivo do Distrito Federal. H. Lobo. Tombo das Terras Municipais, tomo 1.º, pág. 76.

Por êste ligeiro esbôço toponímico do contôrno litorâneo da guanabara em 1565, colhido no apógrafo de monsenhor Pizarro, se verifica quão precárias seriam tôdas essas doações, enquanto os portugueses não conseguissem assenhorear-se do solo do “rio de janeiro”, subjugando definitivamente aos seus inimigos tamoios e franceses.

CAPÍTULO VIII

Não foi mais feliz nem mais proveitoso aos povoadores o ano seguinte, de 1566. Perigos e dificuldades que os cercavam de todos os lados não puderam ser removidos nesse ano. Parecia até que a situação se agravava com sucessivas guerrilhas, dia a dia, como a tentar sucumbi-los pelo cansaço e pela fome, mas, a adversidade não os abatia, porque a têmpera era rija e o intuito que os guiava quase uma inflexível obstinação.

Se o fim principal daquela luta — que era a ocupação do continente — se antolha ainda inacessível aos esforços daquela gente, por outro lado, um otimismo confiante reinava no arraial da “cara de cão”. A terra do “rio de janeiro” continuava a ser distribuída aos povoadores embora os donatários a não pudessem ocupar imediatamente, e a povoação ia-se constituindo aos poucos, na forma dos dispositivos legais estatuidos pelas ordenações.

Nesse ano Estácio de Sá concedeu mais vinte e duas sesmarias de terras, sendo que vinte no recôncavo da guanabara, e as outras duas: à borda de um rio no pé da Gávea, na Tijuca; e uma ilha na bôca da barra (1). Os registros dessas doações ocorreram a 2, 23, 24, 25 e 28 de janeiro; 12 de fevereiro; 18 e 19 de março; 25 de abril; 11 e 16 de julho; 8, 12, 21 e 26 de outubro; 2 e 11 de novembro. Em cinco dessas datas, houve duas concessões diárias.

Não há explicação cabal para o fato de prosseguir o capitão-mor na distribuição de dadas de terras na guanabara em localidades onde parecia impossível que os povoadores pudessem demarcá-las, com exatidão, naquele momento. O raio de ação colonizadora não excedia ainda os limites da península da “cara de cão”. As indicações de posição, das quadras doadas, eram muito vagas, quase tôdas situadas no interior da baía, sujeitas a denominações indígenas, colhidas talvez de informações deficientes que só poderiam ser atribuídas a tamoios prisioneiros. É certo que entre os companheiros de Estácio, naquela cruzada conquistadora, havia alguns colonos que deviam conhecer a baía de longa data; entre êles, Marim Paris, francês, que parece ter sido subordinado de Villegagnon, no forte de Coligny (2). Daí, provavelmente, a procedência de certas indicações que, entretanto, careciam também de precisão.

Foram, assim, doadas terras no Igoaguaçu, começando do rio Iguaguçu, já referido neste ensaio. Em Ibiúna ou Itiúna, para o Iguaguçu, ou vindo para um rio a que chamam Beretihy, (provavelmente Meriti) e correndo para Arobay. Onde seria Ibiúna ou Itiúna?... pelas indicações, é possível que estanciasse entre os atuais rios Iguaguçu e Meriti.

(1) Provavelmente a “Cotunduba”.

(2) Vários franceses do tempo de Villegagnon internaram-se pela colônia e ficaram convivendo nos povoados portugueses. Entre eles: Jean Cointa, Denis, seu creado, Guillaume de la Porte, Quentin Ferdinand, Olivier de Pinel, Pierre de Villeneuve, Marim Parim... que eram conhecidos na terra com os nomes de Senhor de Bolles, Diniz, Guilherme da Porta, Cantin Fernandes, Pedro de Villa nova, e Martin Paris. Este ultimo parece ter vindo de São Vicente com Estácio de Sá, na sua expedição ao “rio de janeiro”. Foi, provavelmente, o intérprete dos portugueses quando cercaram a nau francesa que estava no interior da guanabara, concitando os seus compatriotas a abandonarem aquela luta inglória. Marim Paris obteve de Estácio de Sá três sesmarias na guanabara. Devia, por conseguinte, conhecer o recôncavo da baía. É possível até que, de vez em quando, parlamentasse com franceses e tamoios.